

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETICIA DE PAIVA ROTHEN

QUAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

**Discussões sobre “modernidade”,
crises e possíveis soluções**

CURITIBA

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETICIA DE PAIVA ROTHEN

**QUAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL?
Discussões sobre “modernidade”,
crises e possíveis soluções**

**Monografia apresentada como
requisito para a obtenção do grau de
Especialista em “Educação, Meio
Ambiente, e Desenvolvimento”, junto
ao Doutorado em Meio Ambiente e
Desenvolvimento da Pró-Reitoria de
Pesquisa e Pós-Graduação**

Orientador:
Prof Dr DIMAS FLORIANI

CURITIBA

2004

(...) o conhecimento começa com a consciência do caráter ilusório de nossas percepções do senso comum (...) Conhecer, pois, começa com o destroçamento das ilusões, com o desilusionamento (...) conhecer não significa estar de posse da verdade; significa penetrar além da superfície e lutar crítica e ativamente a fim de se aproximar cada vez mais da verdade.

Erich Fromm (1980)¹

¹ *Apud* Heemann, 2001:13.1.

ÍNDICE

i. INTRODUÇÃO	01
1. HISTÓRIA DE UMA CRISE. PARTE I.	05
1.1. Revolução energética	06
1.2. Crise ambiental e social	11
1.3. Refletindo a crise	13
2. HISTÓRIA DE UMA CRISE. PARTE II	18
2.1. Crise da modernidade	22
2.2. Refletindo a crise II	26
3. HISTÓRIA DE UMA CRISE. PARTE III	28
3.1. A ideologia moderna	30
3.1.1. Economia como esfera autônoma	32
3.1.2. Economia em questão	34
3.2. Qual modernidade?	36
3.2.1. “A teoria na prática é outra”	41
4. GLOBALIZAÇÃO?	44
4.1. Aculturação e homogeneização?	45
4.2. Do desalento à resistência à complexidade	48
ii. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
iii. BIBLIOGRAFIA	56

i. INTRODUÇÃO

Já se tornou lugar comum a afirmação de que vivemos em um momento de ‘crise’. Crise de paradigmas, de percepção, de valores – seja qual for o nome escolhido para definí-la, a encontramos perpassando diversas áreas do conhecimento. Mas o que significa realmente afirmar isso?

Percebendo o mundo ao nosso redor, somos capazes de listar vários fatores que compo-riam tal crise: *o tédio; a aridez da inveja e da competição; o medo do desemprego; o tormento das decepções românticas; a obsessão pela magreza e pela boa-forma; a anorexia; a bulimia; as mutilações corporais; as pancadarias adolescentes dos fins de semana; a depressão; a insônia crônica; o estigma da obesidade; o receio da solidão; o exame fóbico das taxas de colesterol, enfim, o pavor do câncer, do infarto, da doença de Alzheimer, da "feiúra" da velhice etc*". Estes são apenas alguns dos males (modernos?) listado pelo psicanalista Jurandir F. Costa (2003) e dos quais todos gostariam de se evadir.

Este diagnóstico ganha em gravidade quando vislumbramos o grande abismo existente entre o excesso tecnológico da vida moderna e a efetiva qualidade de vida do homem na “modernidade”. Como bem afirma Capra (1982:39), somos capazes de controlar os pousos suaves de espaçonaves em planetas distantes, propor a criação de colônias espaciais, contarmos com gigantescas indústrias para produzir alimentos especiais para cachorros – mas não somos capazes de controlar a fumaça poluente expelida pelos carros, de administrar com competência nossas cidades; não dispomos de recursos para enfrentar uma adequada assistência à saúde... Se por um lado vivemos com um padrão de vida material impensável para as gerações humanas anteriores, por outro mantemos acesas formas “tradicionalmente humanas” de convivência e resolução de conflitos, baseadas na violência, na exploração e na desigualdade.

No entender de Capra (*idem*) o problema central do mundo contemporâneo residiria na profunda disparidade entre, por um lado, o tripé formado pelo desenvolvimento do poder intelectual, o conhecimento científico e as qualificações técnicas e, por outro, valores como a sabedoria, a espiritualidade e a ética. Em outras palavras, poderíamos dizer que a mente humana foi capaz de criar maravilhas tecnológicas, resolver com relativo sucesso problemas atinentes à sobrevivência e, mesmo, idealizar utopias e valores “belos” (tais como “amor”, “solidariedade”, “respeito”, etc). Não obstante, ainda não foi capaz de compartilhar “democraticamente” suas descobertas e introjetar e realizar efetivamente estes valores.

Heemann (2001:196) vai mais longe ao afirmar que o desenvolvimento da ciência e do próprio conhecimento sobre o mundo destruiu no homem os seus (...) *mitos finalísticos, conduzindo-o a sentir-se como no veredicto kantiano: estranho num cosmos onde não tem lugar assinalado e necessário (...), pois, para a ciência (...) o que conta é o 'conhecimento objetivo', não a felicidade.*

Como podemos ver, um ponto central definidor da crise liga-se ao desenvolvimento tecnológico e à ciência, que, ao contrário do que se poderia esperar, não levaram o homem a uma “felicidade” completa e permanente. Para vários autores, este descompasso seria um dos sintomas de uma crise da própria civilização ocidental moderna e dos valores construídos por ela.

Segundo Beck (1997:19), vivemos um momento da história das sociedades industrializadas em que estas se deparam ou obrigatoriamente se confrontam com seus “efeitos colaterais”, quando as ameaças que ela mesma produziu começam a tomar corpo. Dá-se neste âmbito o questionamento dos próprios modelos societários da modernidade e dos paradigmas de conhecimento dominantes, que encontram suas conseqüências mais explícitas na crise ambiental.

As relações do homem com a natureza são, assim, um campo privilegiado para a discussão do caráter da crise do mundo atual, considerada, para alguns autores, a *crise de um modelo civilizatório depredador da natureza e das culturas*, pautado no trinômio racionalidade instrumental / individualismo competitivo / interesse prático, que se apresentaria saturado das conseqüências de suas próprias ações (PNUMA,2002).

Deste modo, a atenção aqui dirigida aos problemas ambientais e à história da relação do homem com a natureza e seus recursos abre-nos a possibilidade de uma leitura mais ampla da realidade atual, apresentando-nos alternativas possíveis de pensamento e ação para estes mesmos problemas. Várias das causas dos problemas ambientais são, afinal, também responsáveis por uma infinidade de problemas sociais.

Assim, em um primeiro momento procurarei compreender, a partir de um levantamento bibliográfico histórico que não se pretende exaustivo², definir o que alguns autores entendem por crise ambiental (**capítulo 1**). Mesmo não concordando com todos os conceitos e idéias utilizadas por eles, foi possível a partir desta discussão chegar à idéia de que a “crise” não

² Os critérios para a relação de autores aqui utilizados foi a sua discussão no curso de Especialização do qual esta monografia é resultado e minha tentativa de perceber a teia de relações que liga estes diversos autores. Tal estratégia metodológica não garante que o assunto seja exaustivamente discutido, mas apenas que um recorte possa ser feito e algumas questões por mim consideradas relevantes sejam levantadas.

apenas se refere a um conjunto de técnicas predatórias utilizadas pelas sociedades humanas, mas sim a determinados valores por trás do uso destas técnicas, também motores da crescente desigualdade e injustiças sociais que acompanharam o desenvolvimento tecnológico e a industrialização. Estes valores estariam relacionados a um determinado “modelo de desenvolvimento” integrado, por sua vez, a uma categoria mais ampla denominada “modernidade”.

No **capítulo 2**, procurei demonstrar onde se encontra a especificidade deste momento histórico em relação aos anteriores. Esta estaria, entre outras coisas, na sua capacidade de expansão e de disseminação de algumas categorias desenvolvidas no decorrer histórico europeu, tais como “razão”, “ciência”, “indivíduo”, “economia”. No **capítulo 3**, relacionei a gênese da crise a estas categorias. O capítulo detém-se a analisar cada categoria, mas mais especificamente a “economia” devido, como veremos, à sua centralidade no discurso moderno e à magnitude predatória de sua prática (tanto para a natureza quanto para as sociedades). Aqui também é discutido até que ponto estas amplas “categorias” de explicação são suficientes no diagnóstico do mundo atual. Ou seja, o que é afinal de contas a “modernidade” e em que sentido podemos falar que ela está em crise?

Por fim, no **capítulo 4**, é problematizada a idéia de expansão deste modelo, chamada comumente de “globalização”, e em que sentido podemos tomar este termo sem perdermos de vista a complexidade das culturas humanas e das suas inter-relações.

O propósito central deste trabalho é entender algumas facetas desta crise, que possam sugerir hipóteses explicativas para as contradições presentes no mundo moderno e pensar em formas de solucionar estas contradições. Dentre estas formas, em uma discussão que atravessa todo o trabalho, será considerado o papel privilegiado da “educação”, entendida de modo amplo: mais como uma *postura* do que como uma teoria.

Ou seja, aqui não se pretende discutir ou formular teorias pedagógicas ou metodologias, e nenhum capítulo se direciona propriamente para tais questões – tanto por conta de prazos restritos, que impedem um aprofundamento maior para tais questões, quanto devido à necessidade de serem realizadas pesquisas de campo.

Deste modo, a estratégia aqui escolhida não implica menosprezar tais discussões mas apenas delimitar e definir o escopo deste trabalho específico, que propõe algumas reflexões sobre uma determinada *postura educativa*, avessa ao controle, à manipulação e à simplificação; que se mova (...) *na inquietude existencial e, comprometida com a liberdade, procur[e] iluminar caminhos e perspectivas de vida, insurgindo-se contra a categorização de idéias, conhecimentos e saberes absolutos*, tal como propõe Heemann (2001:200).

Esta postura estaria por trás de uma “educação ambiental”³, não restrita a conteúdos específicos e rígidos mas sim relativa a uma forma de perceber/apreender o mundo à nossa volta, resumida na seguinte proposição: “*en el devenir de la humanidad, el ser moral debe entenderse como un estadio superior al ser racional en el cual los seres humanos llegan a tomar conciencia y responsabilidad sobre su propio yo en la deliberacion de lo justo y lo bueno de sus actos hacia si mesmo, hacia los otros y hacia la naturaleza*” (PNUMA,2002:4. *grifos meus*). Este “ser moral” estaria pautado em uma nova ética (voltada para os objetivos de sustentabilidade e equidade social) e uma nova concepção de mundo (com a interdisciplinaridade como um princípio metodológico privilegiado) – princípios definidos na Conferência de Tbilisi, ocorrida em 1977⁴ (Leff, 2002:237).

Em um primeiro momento, portanto, procuraremos entender o que vários autores afirmam a respeito da “crise ambiental” e sobre suas implicações e o que ela pode nos revelar a respeito desta crise maior de valores na qual estaríamos imersos.

³ A própria idéia de “ambiente” é problematizada e discutida no Capítulo 1.

⁴ Na verdade, desde a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, de Estocolmo (1972) apresenta-se a necessidade de gerar um processo amplo de educação ambiental o que levou a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental Unesco/PNUMA em 1975 e à elaboração de seus princípios e orientações em Tbilisi (Leff,2002:237).

1.0. HISTÓRIA DE UMA CRISE. PARTE I.

Do historiador Clive Ponting (1995:503), muito utilizado neste trabalho, podemos retirar, em um parágrafo, a idéia de que a crise ambiental que vivemos liga-se ao fato de que os últimos duzentos anos foram palco de um vasto aumento no consumo de fontes limitadas de energia e de matérias-primas mundiais e conseqüentemente do desenvolvimento de um padrão de vida - alcançado por uma grande maioria da população mundial - jamais imaginado pelas gerações anteriores. Tudo isso a um alto custo cobrado pela poluição inerente aos processos industriais e pelos problemas sociais envolvidos neste crescimento.

Em um amplo retrato “macro-histórico”⁵ das relações da humanidade com a natureza, alcançamos com este autor gerações anteriores, até os momentos iniciais de colonização da Terra, nas quais encontramos grupos humanos baseados em uma economia sustentada pela caça, pesca e coleta. Para aquele autor (*idem*:504), no que se referia ao “padrão de vida” geral, o nomadismo a que estes grupos se dedicavam requeria um mínimo de aquisição e acumulação de bens, que poderiam se tornar obstáculos à mobilidade. Afirma ainda Lana(s/d(a):7) que, comparados com grupos que surgiram posteriormente, aqueles não compunham densidades populacionais ou habilidades tecnológicas capazes de impor efeitos substanciais no ambiente.

Este padrão seria mudado com a adoção da agricultura como base privilegiada de subsistência, por volta de 10.000 anos atrás, quando práticas de domesticação de plantas e criação de animais passam a conviver e a predominar sobre as atividades de coleta e caça. A agricultura assim, surge de modo independente em várias regiões do mundo⁶, o que acabou permitindo o desenvolvimento de uma base alimentar mais previsível e confiável – pré-requisitos para acontecimentos tais como o desenvolvimento das grandes civilizações e a vida urbana (Lana, *idem*:8). Com isso, a aquisição de utensílios e bens pessoais era favorecida, tanto pelo

⁵ Cabe comentar que esta perspectiva, aqui bastante requisitada, acabou me criando várias dificuldades, uma vez que muitas vezes se tornou bastante complicado e difícil encontrar o foco de pesquisa. Isso se deveu muito a tentativa deste trabalho em passar por vários tipos de leituras a respeito do mundo atual e de sua crise, o que necessariamente me levou a textos e perspectivas históricas e amplas. De todo modo, mesmo diante das limitações deste tipo de perspectiva, ela foi importante para que eu pudesse ter em vista como a história desta crise é contada, em que medida ou como podemos concordar ou discordar dela.

⁶ Lana aponta para várias teorias referentes ao surgimento da agricultura. Por muito tempo esta teria sido considerada algo tão revolucionário que só poderia ter se originado em um local, uma vez, e daí se difundido para o resto do mundo. Mas evidências botânicas e arqueológicas sugerem que plantas domesticadas surgiram em vários pontos do planeta na mesma época. Sendo assim, uma hipótese aceita é a de que a agricultura surgiu como extensão e intensificação de práticas antigas e que este foi um padrão complexo e difuso, havendo assim, infinitudes de causas para distintas regiões da Terra, tal como o afirma Harla, (1976 *apud* Lana, s/d(a):9).

sedentarismo quanto pela própria natureza da atividade agrícola (dada a necessidade de produção de bens para estocagem e processamento dos alimentos, por exemplo [Ponting, *idem*]).

O aumento das concentrações humanas teria sido possibilitado pela garantia de uma base alimentar mais previsível e confiável dada pela prática agrícola, que resolvia problemas a respeito da alimentação de um número crescente de pessoas e ao mesmo tempo abria caminho para este crescimento (Ponting, *ibidem*:626). Assim, nos últimos 10.000 anos, a história humana foi moldada por esta “revolução” baseada na agricultura, que possibilitou a expansão da população humana a 200 milhões na época de Cristo e a 500 milhões por volta de 1650 d.C. – época em que a população explodiu devido a um maior desenvolvimento agrícola, às revoluções industrial e médica e à ocupação de novas terras, chegando aos atuais 6 bilhões, tal como nos demonstra Lana (s/d(a):6)⁷.

Uma outra grande transição na história humana, além da adoção da agricultura, foi, para Ponting (*ibidem*:630), o uso das fontes de energia movidas a combustível fóssil e a difusão da industrialização. Este processo teria marcado um salto no processo de uso de recursos naturais para um número crescente de pessoas, para que estas pudessem dispor de mais alimentos e bens como nunca antes foi possível.

1.1. Revolução energética

Pelo trabalho de Ponting, deduz-se que, até meados do século XIX as bases de força ou energia predominantes no mundo eram, combinadas de diferentes formas, a força humana, dos animais, da água e do vento. Como combustível, o privilégio era da madeira, graças a suas inúmeras vantagens: fácil de ser recolhida, sempre disponível, de boa queima e...gratuita. Mas esta facilidade acabou representando uma grande dificuldade: como suprir a grande demanda?

Mostra-nos Deleage (1993:214) que já a partir do século XVI, instala-se primeiramente na Inglaterra e depois no restante da Europa, uma crise grave de madeira, provocada pelo crescimento demográfico e pelo procura crescente das cidades em decorrência de usos em trabalhos domésticos, nas indústrias de maquinarias, navios, sob a forma de carvão, etc. As-

⁷ Certamente, afirma Ponting (*idem*:626) esta tendência crescente da população não foi homogênea, variando de acordo com as capacidades dos grupos humanos de manter eficientes as práticas agrícolas. Afirma o autor que, até o final do século XVIII, devido a dificuldades em compatibilizar o número de pessoas com a produção de alimentos, o crescimento populacional se deu de forma lenta. Foi somente nos últimos duzentos anos, tal como vimos acima, com os progressos na saúde, na produção agrícola, no aumento do comércio, com as indústrias e serviços, que a população mundial expandiu-se rapidamente.

sim, afirma Ponting (1995:447)⁸, a “necessidade”, seguida da destruição ininterrupta e praticamente sem reposição, lentamente extinguiu as florestas da Europa Ocidental

Com a escassez, a saída era apelar para um combustível visto como inferior – o carvão, de mina ou marinho. Tanto Ponting (*idem*:453) quanto Lana (s/d(a):11) consideram esta troca mais do que uma simples substituição de um fonte de energia por outra. Ela representa na verdade, o que Lana coloca como um ponto de inflexão na história humana, posto que a base energética dos sistemas industriais é fundamentalmente diferente dos sistemas anteriores. Ou seja, a sociedade industrial dependeu, desde seu início, de fontes não-renováveis de energia, com eficiência energética muito superior à gerada pela madeira ou vento.

Assim, conforme Deleage (1993:214), o rendimento proporcionado pela substituição da madeira pelo carvão foi um dos responsáveis pela revolução econômica advinda da industrialização, que, iniciada na Inglaterra – primeiro lugar onde a madeira faltou – logo se estabeleceu na Europa Ocidental e América do Norte. Sustentada a expansão industrial do século XIX pelo uso do carvão, afirma Lana (*idem*:12), abre-se o caminho para a nova mudança dos protagonistas da matriz energética, assumidas pelo petróleo e pelo gás natural no século XX, quando as sociedades industriais urbanas se tornam também dominantes na Europa Oriental e Japão.

Com estes combustíveis fósseis, o mundo industrial encontrou meios de produzir e consumir energia em abundância, ao contrário dos momentos históricos anteriores em que a escassez ou dificuldade de acesso à mesma era regra (Ponting,*idem*:465). Contudo, estes mesmos produtos e seus modos de transporte fariam com que a superfície terrestre se transformasse em um ritmo que não havia sido possível anteriormente, nas palavras de Lana (*ibidem*).

*

A industrialização em larga escala e a sucessão de tecnologias novas gradualmente mudou a quantidade e o tipo de produtos disponíveis para a sociedade. Hobsbawn (1977:44) coloca como marco deste processo a década de 1780, em que, pela primeira vez na história da humanidade, teriam sido *retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante e até o presente*

⁸ Ponting (*op.cit*:450) mostra que no século XV eram percebidos na Europa os primeiros sinais de escassez de madeira pela indústria de construção de navios. Mas esta era apenas uma parcela da crise de energia que ali se instaurou, já que suas primeiras indústrias dependiam da madeira de do carvão – cujas fontes começavam a se exaurir, fazendo com que fundições de ferro (Eslováquia, 1560), fornalhas (Montpellier,1595), trabalhos de evaporação de sal (Polônia,1720) etc, interrompessem suas atividades.

ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Nesta data foi percebida uma guinada repentina nos índices estatísticos relevantes, representando o quanto a “economia” crescia.

Este avanço, que como vimos se iniciou na Grã-Bretanha, não se deu por conta do desenvolvimento tecnológico e científico deste país, inferior ao de vários outros da Europa. Mas sim, como descreve Hobsbawn (*idem*:47), por decorrência de certos fatores que criaram um campo fértil para que o investimento na industrialização parecesse um “bom negócio”: 1) o lucro privado e o desenvolvimento econômico aceitos como os supremos objetivos da política governamental; 2) grande quantidade de proprietários com espírito comercial praticamente com monopólio da posse da terra; 3) atividades agrícolas dirigidas para o mercado; 4) manufaturas disseminadas para um interior não feudal; 4) um considerável volume de capital social elevado, entre outros. No geral, como coloca o autor, *o dinheiro não só falava como governava*.

Neste contexto, a industrialização na Inglaterra parte inicialmente dos investimentos dos fabricantes de mercadorias de consumo de massa (como os têxteis), uma vez que este era um mercado certo e consolidado, permitindo que se pensasse em sua expansão. Uma vez iniciada a rápida expansão econômica estimulada pela revolução industrial pioneira, foi um passo para que, entre 1789 e 1848 a Europa e a América fossem *inundadas por especialistas, máquinas à vapor, maquinaria para algodão e investimentos britânicos (ibidem:49)*.

Afirma Dobb (*apud* Rusconi,1995:144) que com a revolução industrial, o “capitalismo”, com base na transformação técnica, atinge a realização de sua especificidade: a fábrica (unidade coletiva de produção de massa) como fundante do processo produtivo, efetuando ainda a separação definitiva do produtor e da propriedade dos meios de produção. O sistema de fábricas e a produção em larga escala tornam-se norma na segunda metade do século XIX (Pon-ting,1995:516).

Esta época viu-se, assim, sacudida pelo mundo da indústria e da tecnologia, que lançam grandes contingentes humanos em um ambiente novo, caracterizado por alterações profundas nas formas de trabalho, na produtividade, nas aglomerações humanas, nos meios de comunicação, etc (Fridman,1999). Na descrição de Berman (1986:18), a “nova paisagem” que se formava, trazia a dinâmica das cidades que cresciam rapidamente, dos jornais diários, telégrafos, telefones; dos engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; Estados Nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; um mercado mundial em crescente expansão *capaz de um estarrecedor desperdício e devastação*.

Este movimento vinha, a seu turno, marcado por fortes oposições dos movimentos sociais de massa e de autores que lutavam para demonstrar sua contradição intrínseca. Um mundo em que se de um lado trazia à vida formas industriais e científicas como nunca antes, de outro trazia à vista os sintomas de sua decadência. Esta visão, bradada por Marx (*apud* Berman, 1986:19), se refere ao poder do maquinário de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano e ao mesmo tempo de sacrificá-lo e sobrecarregá-lo; de mostrar o poder de domínio da humanidade sobre a natureza, mas de escravizar os homens entre si *ou à própria infâmia*.

Como se vê, se de um lado o espírito do “progresso”, comum no século XIX, como veremos, refletia o entusiasmo por estas realizações, de outro a crítica sistemática do capitalismo trazia a tona as perplexidades provocadas pela magnitude destas mudanças (Fridman, 1999). Entretanto, como coloca Deleage (1993:223), os efeitos desta economia sobre a natureza propriamente dita e seus recursos eram proclamados por vozes isoladas; deste momento em diante, a relação sociedade/natureza não mais seria considerada fora do quadro de uma teoria puramente econômica, a da renda fundiária. *A verdade é que, não obstante os seus defeitos, o capitalismo histórico varreu a maior parte dos obstáculos sociais e as críticas teóricas que se lhe opuseram.*

Partindo das análises de Beck (1997:16), neste momento o pensamento e a ação das pessoas estavam dominadas pelas certezas que a sociedade industrial apresentava: o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos riscos ecológicos.

*

Até mais ou menos o final do século XIX, considerada a primeira fase da industrialização em larga escala, os produtos que predominavam eram os materiais têxteis, o ferro, o aço, além das novas tecnologias introduzidas, tais como a engenharia mecânica, as ferrovias e os produtos químicos pesados. No final deste mesmo século e início do próximo, a Europa e a América do Norte vivenciaram o declínio constante das indústrias têxteis e indústrias pesadas, sendo que o eixo de crescimento contínuo da produção, na primeira metade do século XX, foi formada pelos produtos químicos derivados de materiais orgânicos, engenharia elétrica e produção de carros. A segunda metade deste mesmo século foi, por sua vez, caracterizada pelo crescimento das indústrias de eletrônicos, comunicações, computadores, que conformariam uma terceira fase da industrialização moderna (Ponting, 1995: 518,519).

Uma consequência do aumento da produção industrial e do consumo de energia foi um aumento concomitante da riqueza material da sociedade, transformando-se assim os padrões

de vida da população do mundo industrializado. Expandiu-se, como pudemos observar, a quantidade de bens disponíveis à população, o que está refletido no desenvolvimento de lojas e mercados a varejo, com produtos produzidos em massa por grandes fabricantes e vendidos em lojas de grandes redes.

Essa tendência, em seu exemplo mais extremo, segundo Ponting (1995:525), produziu produtos como a Coca-cola e os hambúrgueres Mc Donald's – promovidos, reconhecidos e vendidos no mundo inteiro. E abriu as portas para o surgimento de grandes cadeias de lojas que, contando com os progressos técnicos (como por exemplo a iluminação a gás, posteriormente elétrica, e os elevadores) e com a existência de uma próspera classe média para comprar a variedade crescente de produtos, cada vez se tornaram maiores – inicialmente dando-se a criação de grandes supermercados e depois, concomitante ao crescimento dos proprietários de carros, dos shopping centers afastados dos centros, etc.

O século XX também assistiu o surgimento de novas indústrias para fornecimento de bens de consumo duráveis (geladeiras, máquinas de lavar, eletrônicos, etc), primeiramente nos Estados Unidos (década de 20), devido ao maior poder aquisitivo da população.

Neste ponto em que a industrialização se torna maciça - especialmente após a II Guerra Mundial - afirma Deleage (1997:23) que o limiar das relações entre o homem e a biosfera foi franqueado e a poluição e degradação se tornaram um *verdadeiro fato de civilização*. Para este autor (1993:218), a era das sociedades industriais deu início a uma era de poluição em grande escala, possibilitada pela utilização cada vez maior de combustíveis fósseis, que provocam uma acumulação progressiva de poluentes nas camadas baixas e médias da atmosfera, em quantidade crescente.

Assim, diz Ponting (1995:552), se em um momento de sua evolução a poluição se restringia a uma cidade, rio, depósito de lixo ou mina, ao final do século XX já aumentara ao ponto de afetar regiões industriais, oceanos, continentes e até mesmo, de acordo com algumas hipóteses, mecanismos reguladores globais.

Deste modo, a dependência, nos últimos duzentos anos, de fontes de energia não renováveis, pareceu e parece não levar em conta a finitude destes recursos e o fato destes serem insubstituíveis. Além disso, a pressão ambiental representada, por exemplo, pela produção de lixo despejado nos ecossistemas mundiais, não se apercebe de que a Terra é um sistema fechado e que de algum modo tem que dar conta dos resíduos produzidos constantemente (*idem*:645).

É justamente este contexto que abre caminho para que no fim dos anos 60 ecloda o debate a respeito dos limites do crescimento, do desequilíbrio ecológico do planeta e da destruição da base de recursos da humanidade. Debate que diagnostica, enfim, uma crise decorrente dos *problemas globais gerados pelos efeitos sinérgicos e acumulativos de crescimento econômico e destruição ecológica* - tais como: desmatamento; perda da diversidade genética dos recursos bióticos; extinção de espécies; erosão dos solos e perda de fertilidade das terras; desertificação; contaminação química da atmosfera, solos e recursos hídricos; produção e disposição de resíduos tóxicos e lixo radioativo; chuva ácida gerada pela industrialização e destruição da camada foliar das florestas e o aquecimento global e a rarefação da camada de ozônio (Leff,2001:89).

1.2. Crise ambiental e social

Entretanto, a preocupação externalizada pelos teóricos desta crise vai além da exclusiva atenção a problemas ambientais pensados em uma perspectiva biologista tais como a conservação dos recursos naturais, a preservação da diversidade ou a solução de problemas de contaminação do ambiente. Ela implica o questionamento dos próprios padrões de sociabilidade humana atualmente dominantes, posto que a relação homem - natureza é inseparável das relações dos homens entre si; ou, nas palavras de Leff (2000:21), implica o questionamento das *orientações conceituais, instrumentos técnicos e comportamentos práticos* por detrás destas relações.

Vê-se que, além das conseqüências ambientais, o processo de desenvolvimento e expansão de novas tecnologias na forma da industrialização não mudou o *persistente fato histórico de desigualdade interna* aos países, ao contrário, ampliando-o para o mundo como um todo. Países que tiveram a “oportunidade” de se industrializar - europeus, Japão e América do Norte - viram seu padrão de vida melhorar em vários sentidos – melhor acesso a saúde, educação e conforto.

Contudo, (...) *enquanto uma parte do mundo pode ser denominada de “opulenta”, a grande maioria da população mundial ainda vive, como sempre viveu no passado, em condições de pobreza absoluta*, como afirma Ponting (1995:551). Isso porque, segundo Leff (2001:35), o desenvolvimento dos países industrializados e seus modos de vida hiperconsumistas teria sido feito às custas de uma *superexploração ecológica do [hemisfério] Sul*, através da *pilhagem, a rapina e a devastação dos recursos do mundo “subdesenvolvido”*.

Isto teria levado a um esvaziamento dos potenciais produtivos daqueles países, além da deterioração de seus recursos ambientais. Deste modo, conjugadas aos efeitos de degradação ambiental estão as crises econômicas e financeiras dos países, como por exemplo os da América Latina, onde teria se produzido um processo generalizado de marginalização social e empobrecimento (*idem*:89).

Além disso, afirma Ponting que o fato de o desenvolvimento industrial ter levado uma parte do mundo a vivenciar melhorias no seu padrão de vida material, encorajou outros vários países do mundo a seguir o exemplo. Assim, o nível de progresso de um determinado país passou a ser medido de acordo com seu nível de desenvolvimento industrial e econômico ou, em outra palavra, de modernização. Deste modo, viveu-se e vive-se um clima no qual a meta do desenvolvimento – baseada em determinadas concepções da economia moderna⁹ e no imperativo de maximizar o PNB - é disseminada (Ponting, 1995:632).

No entanto, o acesso a esta modernização, em uma economia dominada pelos países já industrializados, não se faz sem altos custos sócio-ambientais. Pois as metas e prioridades definidas por este modelo de desenvolvimento acabam, como afirma Celso Furtado (1983 *apud* Brandenburg,1999:33), *desviando a atenção da identificação das necessidades fundamentais da coletividade e justificando formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo.*

*

Tendo em vista o que foi até aqui descrito, a crise ambiental diagnosticada envolveria um determinado “modo de produção” característico das economias industriais que, com sua tendência à hegemonia, afirma Lana (s/d(a):12), teria aberto caminho para a formação de uma rede econômica global na qual as matérias primas são exploradas em regiões periféricas não industrializadas, alvo dos bens manufaturados. Assim, a crise atual, para Lipietz (1997:147), seria global na medida em que os “culpados” seriam nada mais nada menos do que um modelo de desenvolvimento que envolve continentes inteiros. Por isso autores como Deleage (1993:223) prevêem uma situação ecológica crítica, em escala planetária, dizendo respeito à humanidade como um todo.

Em outras palavras, diríamos que a atual “crise ambiental” (ou, se abarcarmos todas as suas variáveis: “sócio-ambiental”) seria resultado de um modelo de desenvolvimento baseado

⁹ Assunto que será tratado adiante, no capítulo 3.

nas inovações tecnológicas que permitiram ao homem uma maior eficiência na exploração, ou predação, dos recursos naturais, que por sua vez permitiram o crescimento constante da produção industrial (e tudo o que ela envolve). Modelo este que se expande globalmente, resultando na formação de uma grande rede econômica, na qual os diferentes países se encontram de forma desigual e mesmo injusta.

Tudo o que foi até aqui descrito certamente abarca e de certo modo explica diferentes situações do mundo atual, incluídas na idéia de “crise”. Contudo, existem muitas outras variáveis envolvidas nas relações da sociedade humana com a natureza que podem ser levadas em conta para tornar este diagnóstico mais completo e complexo. É o que será discutido a seguir.

1.3. Refletindo a crise

De um lado, é relativamente simples e fácil pinçarmos um culpado histórico para a situação diagnosticada e lançarmos contra ele todo o nosso poder de reação – tal como nas recentes manifestações que têm por slogans “fora FHC”(atualizadas em um até então impensável “fora-Lula”), “fora FMI”, “abaixo o neoliberalismo” ou “fim à perversa globalização”.

Ainda que nestas frases de ordem encontremos ecos de uma situação real, o “real” transcende palavras de ordem simplistas, que não dão conta da amplitude e complexidade dos fatores envolvidos na situação estudada. Pois, como veremos, as relações do homem com a natureza e dos homens entre si, quando percebidas a nível mais local, preenchem o debate com sutilezas que uma visão macroscópica muitas vezes não percebe.

Disso decorre alguns pontos para reflexão – que certamente não visam esgotar o assunto, mas apenas nos levar a alguns pontos que comumente não são levantados neste tipo de discussão e que nos impedem de ter uma visão mais profunda dos problemas a que nos referimos.

Um primeiro ponto nos leva a questionar a “culpa” direcionada ao desenvolvimento técnico, à modernização, ao “capitalismo”, ao “mercado”, etc, como se estes fossem entidades auto-alimentadas que devem ser combatidas a partir de uma idealizada volta ao passado ou às “tradições” – implicando o utópico abandono das inovações tecnológicas a favor de uma vida mais “simples”. Não creio ser necessário debater a ingenuidade desta postura que acaba se desfazendo da própria capacidade humana de inventar e criar formas novas de vida – incluín-

do aqui as melhorias materiais, pois quem poderia negar a comodidade de uma vida facilitada pela eletricidade?¹⁰

Com isso se quer dizer também que, qualquer projeto educativo que vise realmente uma transformação, não pode se prender ao nível mais aparente dos acontecimentos e, sem uma reflexão mais detida, se prender a rótulos pré-determinados, voltando-se contra supostos inimigos que de tão abstratos, se tornam invencíveis¹¹.

Em outro sentido, não podemos reduzir a crise ambiental a uma crise do modo como o homem utiliza a natureza, sem antes termos clara a idéia do que seja “ambiente” ou “natureza”, posto que estes são conceitos construídos culturalmente.

Analisemos a própria idéia de “meio ambiente”: Roué (1997:193) demonstra que a etimologia do termo nos remete a uma visão de mundo dualista, herdada da era cristã e de Descartes, na qual o homem se encontra separado do “meio ambiente” e agindo sobre ele. O homem aqui é o centro do universo, e a natureza é algo que apenas o circunda – ele não faz parte dela. Parecendo então difícil falar-se de “meio ambiente” em meio a um povo “tradicional”, por exemplo.

Para ilustrar esta reflexão, cabe citar o trabalho de Albert (1995) com os yanomami, sociedade indígena amazônica, para as quais não há nada mais estranho do que o (...) *pressuposto de uma Natureza-objeto, reificada enquanto instância separada da sociedade e a ela subjugada (...)*, uma vez que as cosmologias das sociedades amazônicas (...) *fazem do universo uma totalidade social regida por um complexo sistema de intercâmbios simbólicos entre sujeitos humanos e não-humanos, sistema do qual o xamanismo é a pedra de toque.*

O autor vai mais longe: diante das concepções nativas a respeito da própria sociedade ocidental, percebe que não apenas o conceito de "meio ambiente" (*environment*) denota uma exterioridade e pressupõe o ponto de vista de um sujeito-centro definidor (a sociedade-mercado-industrial global) como também a idéia de sua "proteção" remete à noção de (...) *uma Natureza produtiva em vias de colapso, cujos "recursos" rarefeitos são passíveis de um gerenciamento econômico esclarecido ("sustentável").*

Estas reflexões nos apontam para uma complexidade ainda maior da idéia de crise: ela própria, obviamente, é refém de uma determinada visão de natureza, para a qual devemos

¹⁰ Há quem negue às “populações tradicionais” sua própria vontade de possuir em suas casas luz elétrica – como uma perversão de um modo de vida que, apenas para quem está de fora, deveria ser mantido. Ou culpe os indígenas pela sua fácil aculturação ao usarem celulares ou carros. Esta é uma discussão clássica, que diz respeito aos modos de avaliação/interpretação das relações e trocas inter-culturais – o que será retomada e melhor discutido no capítulo 4.

¹¹ Pois, se luta contra o que exatamente?

estar atentos na definição de uma “educação ambiental”. Isso porque a complexidade, diversidade e dinamicidade dos mundos sociais e visões de mundo impedem a proposição de uma conceituação universal de “educação ambiental”, com um rol de conteúdos fixos e rígidos, sem o perigo de simplificação. Voltaremos a isso.

Outros exemplos poderiam ser citados, outras reflexões poderiam ser feitas. Mas o importante neste momento é que tenhamos claro que os alvos, objetivos, metodologias, etc, de uma “educação ambiental” irão variar de acordo com a conceituação utilizada ou a visão de mundo que a baseia.

Além disso, espera-se que tal conceituação seja rigorosa e consistente, permitindo uma delimitação clara e livre de contradições do alvo, o que nem sempre acontece. É o que afirma Mello (2001:47) em pesquisa sobre os construtos teóricos que baseiam as políticas brasileiras em relação ao meio ambiente, principalmente no que se refere à educação ambiental¹². A autora demonstra que o discurso oficial acena para uma educação ambiental que promova uma compreensão do ‘meio ambiente’ em suas múltiplas e complexas relações. No entanto, este mesmo discurso reduz a educação ambiental ao ensino de ecologia, ao enfatizar a utilização racional dos recursos naturais e colocar os problemas ambientais como essencialmente técnicos - o que se reflete na constante utilização de termos tais como “conservação”, “manejo”, “recuperação”...

Como afirma Mello (*idem*:52), a proposta de educação ambiental no Brasil encara o meio ambiente a partir de uma perspectiva instrumental, com um elenco de problemas que se reduzem à poluição, escassez de recursos naturais, diminuição da biodiversidade etc.

Além dos problemas de inconsistências ou contradições teóricas, Mello (*ibidem*:68) levanta uma questão primordial: será que o conhecimento adquirido neste tipo de formação é suficiente para que se mudem valores?

A mera descrição de problemas e a apresentação de diagnósticos não convencem por si mesmas uma vez que, dentre outras coisas, chocam-se com a própria vivência dos educandos. Por exemplo, sem o “desmatamento”, o mundo em que o educando vive não se apresentaria tal como ele o conhece (o fato é que ele vive em um mundo que deve suas condições de existência ao fato de as florestas não estarem cobrindo todos os cantos – como trabalhar esta contradição?). Outro exemplo: a economia da água. Como convencer alguém da efetividade desta prática se seu próprio aparelho doméstico de descarga despande litros de água potável a cada

¹² A partir do conteúdo dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais, base de inclusão do meio ambiente como tema transversal nos currículos escolares brasileiros) e da Lei 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental

acionamento, se as políticas públicas de seu município não respeitam as áreas de proteção de mananciais?

Izabel Rebelo Roque (s/d) expressa a mesma preocupação:

(...) talvez o que esteja faltando seja educação. Mas não falamos, aqui, de educação nos moldes tradicionais; é cada vez mais evidente que algo não está funcionando no modo como se ensina educação ambiental nas escolas. Promover atividades de coleta seletiva e reciclagem na escola - trocando latinhas por microcomputadores, isto é, um tipo de lixo por outro, a médio prazo - revela-se uma prática inócua se, ao final do dia, a criança ou o adolescente desaprende tudo numa simples ida com o pai ou a mãe ao supermercado.

Como poderá esse jovem reter ou elaborar qualquer mensagem recebida na escola, se, numa inocente viagem com a família para o litoral, vê o pai abrir a janela do carro e, tranquilamente, atirar fora a latinha de refrigerante? (Aqui, aliás, nos vemos mais uma vez diante da estranha lógica dos dias de hoje: ao atirar a latinha para fora do carro, alguns de nós julgam estar favorecendo a prática ecológica, uma vez que esse ato facilitaria ao marginalizado o acesso à latinha, seu meio de subsistência.).

Estes são exemplos simples que nos levam a questionar a efetividade deste tipo de aprendizado na medida em que a prática contradiz as milhares de palavras que são ditas em contrário - “um ato vale mais que mil palavras”, tal o provérbio.

Não creio, por outro lado, que se deva menosprezar totalmente estas práticas educativas. Elas devem, contudo, ser tomadas pelo que são: práticas paliativas, e não a solução exclusiva para a “crise”. Tampouco podem estar descoladas de um questionamento maior a respeito dos próprios fundamentos da sociedade, *locus* primordial dos problemas percebidos.

Assim sendo, temos que estar cientes do “problema ambiental” como parte de uma situação mais complexa, que nos leva a questionar a própria natureza de tal “problema”. Citando novamente Roque (*idem*), devemos *começar do começo e, em vez de oferecer respostas - entre outras para a questão ambiental, estimular crianças e adolescentes a fazer cada vez mais perguntas. A exemplo da imagem cômica que alguns fazem do pensar filosófico, passar o filme do fim para o começo e propor novas questões: o que é educação ambiental? o que é educação? o que é ambiente? o que são dentro e fora? que papel ocupa cada um de nós nesse contexto? o que significa esse “cada um” em nós?*

Esta citação resume bem a “filosofia” deste trabalho. Questionar. Desnaturalizar pressupostos, entender suas origens, problematizar aquilo que é aceito como dado. Para daí então

buscamos desenvolver um projeto educativo minimamente consistente em suas bases e efetivo em sua aplicação¹³.

Dentro deste objetivo maior, este trabalho desperta algumas questões específicas de extrema importância e que merecerão boa parte de nossa atenção: em que sentido a sociedade moderna industrializada é “culpada” pela degradação ambiental? Estamos realmente diante de uma catástrofe global? Será a tecnologia perversa em si mesma? Mas e as melhorias nas condições de vida de milhares de pessoas mundo afora? Seria o modelo predominante de desenvolvimento economicista uma entidade metafísica qualquer, com poderes tão amplos para arrasar toda e qualquer manifestação contrária a seus “interesses”? O que significa afinal, ser “moderno”?

¹³ O que infelizmente não poderá ser feito neste trabalho, dado prazos restritos e pesquisas a serem ainda realizadas.

2.0. HISTÓRIA DE UMA CRISE. PARTE II.

Para entendermos a crise atual de modo mais complexo devemos, em um primeiro momento, ter em mente que ela não se resume aos efeitos das inovações tecnológicas das sociedades modernas. Isso porque, como afirma Lana, o processo de antropização da natureza não é um apanágio das sociedades industrializadas – diz Deleage (1993:212) que *desde a pré-história, as atividades predadoras e produtivas do homem tem provocado a redução geral e a transformação contínua dos ecossistemas*. Na verdade, as atuais tensões sociedade/natureza têm origem longínqua, sendo resultado de crises ecológicas acumuladas.

É ainda Lana (s/d(b):1) quem chama atenção para o fato de que as sociedades não industriais são também responsáveis pelas muitas mudanças que foram e estão sendo levadas a efeito no meio natural. Para o próprio desenvolvimento da agricultura, da criação de gado, do artesanato e atividades proto-industriais, por exemplo, a destruição da floresta foi condição básica (Deleage,1993:215). Na verdade, praticamente todas as épocas e civilizações tiveram suas catástrofes “naturais”na forma de enchentes, secas, epidemias, fome, pragas; o próprio fogo foi instrumento de grande transformação da vegetação, já ocorridas antes mesmo da chegada do europeu às Américas¹⁴.

Deleage (1993:213) atenta para o fato de que a mais antiga e mais geral atividade humana destruidora do tecido ecológico foi a desflorestação – condição de desenvolvimento da agricultura, criação de gado, artesanato e atividades proto-industriais. Foram, assim, os agrossistemas e sua generalização os responsáveis pela destruição irreversível dos equilíbrios “primários” naturais.

Por exemplo, na China, em varias épocas, constatou-se desequilíbrios ecológicos e penúrias físicas crescentes, acompanhadas da falta de renovação da floresta. No mundo muçulmano a partir do século VII, a madeira rareia após períodos de grande procura, que coincidem com o florescimento das cidades. A partir do século XI, *face a um Ocidente ainda coberto de florestas, mas que começa a utiliza-lás para os seus navios, construções e indústrias, o mundo muçulmano declina e cede o passo* (Lombard,1972 *apud* Deleage,1993:214). Mesmo na Europa do século XIV, os ecossistemas atingem a saturação - *a hora das grandes crises ecológicas que anuncia a revolução industrial, soou*. Como vimos no capítulo anterior, a revolução das fontes de energia iniciou-se na Inglaterra, onde em primeiro lugar a madeira faltou.

¹⁴ Certamente aqui não se pode deixar de lado a questão das escalas dos impactos e o fato de que muitos trabalhos recentes demonstram que as maiores taxas de biodiversidade e preservação de cobertura florestal na Amazônia, por exemplo, estão em territórios indígenas. Logo a seguir isso será retomado.

Mais próximo do nosso contexto, encontramos um relato destes movimentos na “história da devastação da Mata Atlântica”, construída por Dean (1996) que inicia sua argumentação dando evidências de que a ocupação humana ali data de 11 mil anos, no mínimo. E que seus habitantes, caçadores e coletores, teriam habitado diferentes ecossistemas, explorando de diferentes modos os recursos disponíveis: das caçadas aos grandes herbívoros, que teriam atraído os homens ao cerrado (e cujo desaparecimento tem como séria hipótese a “matança excessiva”) passando pela coleta marítima, incentivada pelo declínio dos grandes animais de caça, levando estes homens para as margens das baixadas do continente (origem dos sambaquis) até o empreendimento da agricultura, que teria surgido como alternativa ao “esgotamento” dos recursos coletados e não cultivados.

Foi a agricultura a responsável pela mudança radical na relação dos homens com a floresta: se antes era apenas um recurso residual, a floresta tornou-se visada na medida em que se descobriu que seus solos eram promissores frente a uma agricultura itinerante, de derrubada e queimada. Essa agricultura chamada coivara foi praticada durante mais de 1000 anos antes da chegada do europeus, sendo responsável por uma grande redução da complexidade de áreas consideráveis da Mata Atlântica (*idem*).

Deste modo, da Mata Atlântica ainda existente, não se sabe o que é “original” – a maior parte de suas faixas certamente já sofreu algum grau de intervenção, sendo impossível definir se o que se vê hoje se parece com o que existia antes da chegada dos primeiros homens. O mesmo afirma Lana (s/d(b):2), levantando a hipótese de que formações vegetais antes visualizadas como clímax naturais, tais como as savanas africanas ou áreas de cerrado sul-americanas, poderiam ser clímax antropogênicos. O que coloca em questão a idéia de que se deve preservar um determinado ecossistema devido à sua condição de área prístina ou intocada pelo homem.

Neste sentido, não podemos ignorar um outro lado desta questão: além de não ser “apanágio das sociedades industrializadas”, a antropização nem sempre recebe sinal negativo. Apenas para citar alguns exemplos, na região amazônica pesquisas demonstram que boa parte das espécies úteis difundidas pelo planeta ali crescem diferencialmente em função da ação humana no ambiente – por exemplo, a castanha-do-pará, a pupunha e o babaçu proliferam de modo diferenciado e tendem a se concentrar espacialmente em áreas antropizadas. Quem afirma isso é o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, que demonstra a existência de fortes indícios de que (...) *dependendo da forma de interação da população com o seu ecossistema, a biodiversidade pode aumentar.*

Corroborando este argumento, em entrevista a respeito de um projeto de implantação de reservas extrativistas na Amazônia, mais especificamente na região do Alto Juruá, o antropólogo Mauro Almeida afirma que suas pesquisas desobriram na área uma biodiversidade para certos grupos de vegetais e animais maior do que em todos os outros territórios estudados na América do Sul, de qualquer floresta tropical conhecida. Isso em uma área habitada não só por indígenas mas também por seringueiros. Diante disso, continua o autor, podemos afirmar que (...) *dentro de certos limites de densidade demográfica, de padrão de distribuição de população e do tipo de atividade mantida, pode-se, ao mesmo tempo, manter uma cobertura de floresta, de no caso 99%, e uma altíssima biodiversidade. A questão é como manter isso para o futuro* (Almeida, 2000).

Ou seja, vemos aqui que não são as práticas em si mesmas as responsáveis pela degradação ambiental mas sim toda uma “forma de vida”, que envolve principalmente a pressão populacional sobre os recursos. Pois, afirma Lana (:3), mesmo formas de uso da terra supostamente auto-sustentáveis, como o nomadismo e a agricultura itinerante podem conduzir à deterioração se as pressões populacionais ultrapassarem certos limites. Isso sem falar no aumento da pressão relacionada às atividades de turismo que impactam principalmente regiões costeiras e montanhosas.

Vemos assim que o ponto chave nesta discussão não é questionar o impacto do homem sobre a natureza, visto que isso é algo inerente à própria existência social, mas sim pensarmos a respeito do modo como isso é feito. Devemos nos perguntar o que está por detrás dos impactos e ações humanas que são realmente predatórias, não deduzindo *a priori* que todas as situações envolvendo indústrias, por exemplo, o são¹⁵. O que não impede que tenhamos em mente as especificidades das sociedades e do mundo moderno frente as estas questões. E elas estariam em alguns fatores que dariam a esta crise atual uma complexidade crescente e que Lana (*idem*:12) elenca:

- *as formas com que o homem pode afetar o ambiente estão se diversificando;*
- *os problemas ambientais que antes tinham expressão local passam a ter importância regional e global;*
- *a complexidade, intensidade e frequência dos impactos estão aumentando;*
- *aumento generalizado do consumo per capita e dos impactos sobre o ambiente e*

¹⁵ Principalmente, se levarmos em conta, no caso deste exemplo, o que Lana (s/d(b):2) afirma: que a agricultura e a pecuária continuam sendo responsáveis por alguns dos mais sérios problemas ambientais, apesar das crescentes taxas de crescimento urbano e industrialização.

- *recursos energéticos sendo desenvolvidos em taxas cada vez maiores, dando aos humanos uma enorme capacidade de transformar a natureza.*

Na verdade, a a atual capacidade humana de intervenção na natureza - dada pelo crescente desenvolvimento de suas “capacidades intelectivas”, refletidas nas constantes inovações tecnológicas - atingiu níveis nunca antes alcançados. Esta capacidade implica atualmente grandes transformações em curto espaço de tempo e cujos efeitos são ainda incertos. Pois, como afirmam Mendonça *et al* (2001), ao analisarem as reais implicações da atividade humana na intensificação do efeito estufa: *o sistema Terra- atmosfera é complexo e o avanço do conhecimento científico é lento, sendo possível se levar muito tempo para se saber a intensidade da interferência das atividades humanas na atmosfera (...).*

Ou seja, podemos dizer que, como afirmam alguns autores, veríamos-nos frente a novas maneiras de impactar o meio ambiente, rodeados pela incerteza quanto a seus efeitos potenciais (Lana,s/d(b):2); nas palavras de Leff (2000:23), *nessa civilização supercientificada e hipertecnologizada, tanto os que dominam como os que são dominados se encontram alienados de seus mundos de vida, em um mundo no qual a incerteza, o risco e o descontrole aumentam proporcionalmente ao aumento dos efeitos de domínio da ciência sobre a natureza.*

É a incerteza que marca esta época, na qual se debatem visões e cenários contraditórios a respeito de mudanças como a elevação do nível do mar ou o aquecimento global. Novamente é Lana (*idem*) que aqui nos auxilia: *não sabemos nem mesmo se estas alterações serão vantajosas ou não, mas temos sempre uma tendência pessimista de esperarmos o pior.*

Mas, diante da incerteza, podemos ser mais previdentes. E mesmo mais cuidadosos em relação ao que já sabemos ser destrutivo e negativo para o mundo em que vivemos. Diante do que já sabemos, várias ações podem ser e estão sendo tomadas, ligadas a recuperação de áreas, manejo e conservação de espécies. Entre estas ações, podemos incluir a “educação ambiental”, entendida como um processo de despertar para esta realidade, como para o questionamento do que está por detrás dela.

Como já pudemos ver no capítulo anterior, a crise não diz apenas respeito ao modo como o homem se relaciona com a natureza – posto que, como coloca Deleage (1993:212), *não há crise no uso da natureza que não seja uma crise no modo de vida do homem.* Deste modo, as formas de relacionamento do homem com a natureza estão inseridas em uma configuração mais ampla, que remete não apenas a este relacionamento mas também a outros (relacionamentos sociais, em geral).

A questão aqui colocada parece ser: que tipo de ou quais valores induziram práticas que intensificaram os impactos ambientais, diversificando-os, tornando-os mais complexos e fre-

qüentes? Em que sentido a sociedade ocidental, especificamente, seria responsável por estes valores?

2.1. Crise da modernidade

Existem várias possíveis interpretações a respeito de quais valores e visões de mundo seriam responsáveis pelos problemas críticos do mundo de hoje. É grande a literatura que busca entender quais valores estão por trás daquelas atividades tomadas como essenciais para a intensificação da degradação ambiental.

A partir do momento em que compreendemos esta “crise ambiental” como parte de uma configuração mais ampla, devemos compreender, ao menos em linhas gerais, o modo como o homem ocidental historicamente vem se relacionando com a natureza e os valores subjacentes a esta relação.

Para Capra (1982:49), o período entre 1500 e 1700 foi palco do desenvolvimento de uma visão de mundo cujo entendimento é central para percebermos o caráter da crise em que vivemos hoje. Entre outras coisas, este foi o período em que transformações profundas puderam abrir espaço para que a ciência moderna e um novo modo de observação e análise do mundo se desenvolvesse¹⁶.

Afirma o autor que, até 1500, a visão dominante na Europa era orgânica; a relação com a natureza era vivenciada em termos de interdependência dos fenômenos espirituais e materiais e pela subordinação das necessidades individuais à coletividade. O mesmo aponta Deleage (1993:216), que afirma que até o fim da época medieval, momento de arrancada da industrialização, a relação com a ecossfera era pensada como uma troca com as forças naturais, sacralizadas em cosmologias e mitos religiosos. Neste tipo de visão, a natureza seria um conjunto de forças invisíveis que comandariam o devir dos homens.

Entretanto, a partir do século XVI (início do período moderno), como afirma Thomas (1989:28) é a idéia do predomínio do homem sobre a natureza (ênfatisado pela tradição reli-

¹⁶ É importante aqui entender que a ciência ocidental se insere em um processo amplo da história humana, ligado, de acordo com Kneller, a uma necessidade universal de perceber uma ordem na natureza. Assim, foram e são várias as ciências que existiram, tantas quantas foram as civilizações. Entretanto, foi apenas na Europa Ocidental que surgiram as condições para que se desenvolvesse uma ciência que pudesse se expressar em uma linguagem supra-cultural (matemática) e se mostrasse tão bem sucedida em representar a natureza – tais os principais: o Renascimento (que promove o individualismo e o interesse por este mundo ao invés do próximo); a Reforma e Contra-reforma (que no seu questionamento da autoridade religiosa, acaba reduzindo oposições a empreendimentos seculares), as viagens de descobrimento, o capitalismo (cria uma classe dotada de apetite por novos conhecimentos), entre outros (Kneller, 1980:20).

giosa dominante¹⁷) que se dissemina e se torna um propósito amplamente reconhecido da atividade humana – afastando-se de qualquer semelhança com a veneração da natureza encontrada, por exemplo, nas religiões orientais. Citando o autor (*idem*), *desde os tempos dos anglo-saxões, a Igreja cristã na Inglaterra colocou-se contra o culto das nascentes e dos rios. As divindades pagãs do bosque, da corrente e da montanha foram expulsas, deixando assim desencantado o mundo, e pronto para ser formado, moldado e dominado.*

Este mesmo autor, contudo, não cai na armadilha de atribuir a exploração ocidental da natureza exclusivamente ao seu legado religioso. Ele cita o exemplo da destruição da vida selvagem canadense, decorrente da caça predatória, mais fruto dos novos incentivos comerciais - pressão do comércio internacional por peles – do que da substituição do animismo pagão pelo cristianismo. Além disso, como já vimos anteriormente, o mundo ocidental não tinha o privilégio das ideologias de autoridade do homem sobre o mundo natural: o culto da natureza no Japão não evitou a poluição industrial; os maias, chineses e orientais foram capazes de destruir seu meio ambiente sem a ajuda do cristianismo, etc. Como afirma o autor, *o antropocentrismo não foi apenas da Europa Ocidental.* Por outro lado, o legado judaico-cristão abria espaço nos seus escritos para interpretações ambíguas, tanto a favor do domínio humano quanto enfatizando a idéia do homem como gerente e responsável pelas criaturas de Deus (Thomas, 1989:28-29).

Na verdade, a tese do autor não é discutir a essência antropocêntrica (ou não) do cristianismo, mas sim afirmar que no início do período moderno, os principais expoentes pregadores e comentadores ingleses sem dúvida o foram. Neste momento histórico, a exploração da natureza era um tema dominante, justificado pelos princípios morais e teológicos da época, para quem o homem tinha uma condição especial que justificava seu domínio sobre as outras criaturas.

¹⁷ Conforme a descrição deste autor, nesta visão o mundo teria sido criado por Deus para o homem; deste modo todas as espécies seriam subordinadas e serviriam a ele. Esta visão antropocêntrica tem suas raízes bíblicas e justificou anos e anos de práticas exploratórias; tudo em função das necessidades humanas. Até mesmo os estudos de história natural eram motivados por um caráter utilitarista e prático. As plantas e os animais eram conhecidos na medida em que sua serventia ao homem ia sendo comprovada. Esta visão de mundo tinha a idéia geral da superioridade do homem, da sua humanidade, frente as outras espécies que não tinham, tal como ele, a capacidade de se comunicar, pensar ou rezar. Eram assim autômatos sem alma – visão cartesiana, o que absolvía Deus e os homens pelo tratamento que lhes era dado. Essa diferença entre homens e animais era reforçada pela religião e pela moral, que tinham como papel restringir ao máximo os aspectos animais da conduta humana. Como se pode perceber então, o valor dado a estes animais era essencialmente negativo. Esta negatividade era utilizada ainda simbolicamente, na medida em que aqueles homens que se achasse que não apresentavam as características da humanidade eram taxados de “semi-animais” ou “sub-humanos” (os negros, os índios, as mulheres, os pobres e os loucos, por exemplo). Isto demonstra uma tendência do pensamento humano de projetar no mundo da natureza o pensamento sobre si mesmo, além de tirar dele as justificativas para determinadas ações ou ordenações sociais.

Deste modo, o contexto da época privilegiou uma determinada visão, que se tornou vencedora e mola dos desenvolvimentos subseqüentes. Ao antropocentrismo reinante, somou-se a influência da reforma e contra reforma, do cientismo dos séculos XVIII e XIX e principalmente, ao desenvolvimento do “capitalismo”.

Este último, forma específica de troca de mercadorias, se expandiu a partir das grandes navegações e se consolidou como um sistema econômico que *coloca em ação seus recursos em um campo mais vasto do que o campo controlável por cada instituição política*, e que encontraria sua decolagem definitiva com a revolução industrial (Rusconi,1995:144).

Com o capitalismo, afirma Sarasin (1913 *apud* Deleage,1993:221), o valor de troca triunfa sobre o valor de uso, sendo que, tudo o que a natureza coloca à disposição do homem não tem valor no sentido econômico, sendo aquela indiferente à sociedade. Assim, Marx (*apud* Deleage,*idem*:218), ao evocar a ação civilizadora do capital, aponta para a desvalorização cultural e ideológica da natureza ao longo de três séculos precedentes, que legitimou os processos de industrialização por toda parte - *a natureza, neste momento, torna-se um objeto para o homem, uma coisa útil*.

Este período histórico, denominado moderno, foi por muito tempo positivamente interpretado como época de grandes “revoluções” do pensamento; período em que a ‘razão’ teria substituído *Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada*, com a idéia de que seria este o componente que levaria o homem à verdadeira liberdade, à felicidade e à satisfação de suas necessidades (Touraine,1994:18).

Entretanto, afirma Touraine (*idem*:10), estas idéias vêm sendo desmentidas pela História: o Ocidente aos poucos substituiu uma visão racionalista do universo e da ação humana, por uma concepção mais modesta, puramente instrumental da racionalidade, colocada a serviço de *demandas, de necessidades que escapam sempre mais, à medida que nos aprofundamos em uma sociedade de consumo de massa, sob as regras opressoras de um racionalismo que só corresponde a uma sociedade de produção centrada mais sobre a acumulação do que sobre o consumo da maioria*.

Assim, é esta a crise. Crise da idéia de modernidade e tudo o que ela implicou; crise da predominância de uma visão da sociedade que deu origem a um estilo de desenvolvimento fragmentador (Touraine,1992 *apud* Brandenburg,1999:31) porque pautado em características como a racionalidade, a competição, a expansão, a quantidade e a dominação - em detrimento das tendências de intuição, conservação, cooperação, qualidade e parceria (Capra,1996:6).

Enfim, a crise que vivemos, de acordo com Capra seria de percepção: a maioria de nós percebe a realidade a partir de uma visão de mundo que o autor considera ultrapassada e inadequada para lidar com os problemas de um mundo globalmente interconectado. Esta visão seria composta por um determinado conjunto de idéias e valores, entre os quais estariam: a crença no ilimitado progresso material a ser alcançado pelo crescimento econômico e tecnológico, uma visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, uma visão do universo como um sistema mecânico composto de unidades elementares e a crença na superioridade masculina (Capra,*idem*:6).

Enfim, a “visão de mundo” que pauta e envolve nossas práticas e atitudes vem sendo questionada principalmente por conta das suas conseqüências. Essas conseqüências, essencialmente complexas e de caráter sistêmico (Capra,1982:23), geraram do mesmo modo uma apreensão a respeito do melhor modo de analisá-las. Esta é a essência da crítica de Capra, para quem a maioria dos intelectuais acadêmicos subscrevem percepções estreitas da realidade, inadequadas para enfrentar os principais problemas do nosso tempo. É o mesmo que afirma Leff, para quem, além da degradação ambiental, a crise é marcada pelo fracionamento do conhecimento¹⁸ (2000:19). Vivemos deste modo, uma crise de civilização marcada pelo *logocentrismo da ciência moderna e pelo transbordamento da economização do mundo guiados pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado* (Leff,2000:19).

¹⁸ Já desde 1972, na Conferência de Estocolmo, surge a questão de que os problemas ambientais e suas soluções estariam diretamente ligados a uma nova organização do conhecimento, fundado em uma visão holística e em métodos interdisciplinares. Diante da amplitude e do crescente agravamento dos problemas ambientais, dá-se conta de que as causas, os fatores e as variáveis envolvidas nestes problemas se inter-relacionam de um modo tal que fica visível sua complexidade – não facilmente apreendida pelos instrumentos intelectuais dos quais dispomos atualmente. A complexidade – que sempre existiu, certamente, mas que durante muito tempo não foi considerada como um objeto concreto de estudo - supera o alto grau de especialização predominante no conhecimento teórico, cuja *dissecação do mundo e dos espíritos* criou, tal como Coimbra (2000:53) afirma, um *mal-estar insuportável*. As universidades, institutos de pesquisa, centros de geração de conhecimento, além das instituições políticas, religiosas, etc, estariam sofrendo de uma febre especializatória responsável por um contexto no qual *a sociedade planetária estaria fragmentada: a espécie humana, em más relações com o restante do mundo natural; os seres humanos criando dificuldades para seu entendimento recíproco; por fim, o próprio mundo natural apresentando novos enigmas (...) de modo que a administração do ecossistema Terra tem se tornado difícil e complexo* (*idem*). Pensa-se, desde modo, em uma integração entre as diversas disciplinas, que permita que abarquemos de modo mais profundo os processos complexos da realidade, uma vez que as descobertas das diferentes ciências, ao se conectarem e completarem, acabam *reduzindo a dispersão da análise mediante a construção da síntese, minimizando as antinomias entre os saberes em benefício de uma convergência sempre maior* (*idem*:66). Esta integração recebe atualmente o nome de “interdisciplinaridade” – diferente da simples justaposição de saberes e ciências (multidisciplinaridade), configurando um verdadeiro diálogo entre diferentes tipos de conhecimento, com vistas à produção de um novo “objeto”, no qual se encontram integrados os conceitos originalmente vindos de olhares (disciplinas) diferentes. Assim, a frase “*procura-se uma síntese*” – presente no trabalho do autor supracitado (*idem*) - representa bem os questionamentos colocados por esta nova tentativa de apreensão da ‘realidade’ – na verdade nem tão nova assim, uma vez que na história do pensamento ocidental, a unidade do saber foi a regra; a filosofia da Antiguidade clássica, por exemplo, representava em seu tempo o papel de síntese do complexo dos conhecimentos elaborados. Este autor vai mais longe dizendo que se a complexidade do real reside no mundo, é cabível entender este pensamento “do todo” como uma *manifestação da evolução do pensar e da inquietada versatilidade do espírito humano* (*idem*:59).

2.2. Refletindo a crise II.

Até aqui, definimos a crise como sendo da “modernidade”. Entretanto, nossas questões não param por aqui: dizer que a crise é da modernidade não retira nossos problemas mais centrais que dizem respeito a identificar os seus reais e concretos responsáveis, para que possamos, “educativamente”, lutar contra eles¹⁹.

Se o nosso alvo é um conjunto de pressupostos dominantes, como trabalhar sua crítica na prática educativa? Será que a simples transmissão aos educandos deste diagnóstico e a explicação racional da necessidade de mudança gera envolvimento e real motivação para concretizá-la?

Para o psicólogo junguiano, Luigi Zoja, *permanece externa aquela “verdade” que é demonstrada pela via racional; embora adquirida de modo indiscutível no plano consciente mas sem obter ressonância interior, ela não oferece orientações para um sentir ancorado na personalidade, não leva a alma para casa, e é irrelevante na luta contra a angústia e para a restituição do sentido da existência* (2000:158). Ou seja, devemos estar atentos para a necessidade de um diagnóstico que nos permita compreender porque a simples instrução (transmissão de conhecimentos) não transforma atitudes e visões de mundo.

Diante disso, podemos perceber que surge aqui uma questão mais profunda que diz respeito aos condicionantes da ação humana. Ou seja, se a transmissão de idéias não necessariamente transforma, deve haver no homem componentes que transcendem o puro intelecto e que podem estar ligados a motivações outras que não as baseadas no pensamento racional ou cálculo de interesses.

É o economista-filósofo Eduardo Giannetti da Fonseca (2003) quem nos inspira estas reflexões. Em um brilhante trabalho, o autor questiona o efetivo poder das idéias na determinação das ações, colocando em dúvida as concepções de clássicos teóricos econômicos que reduzem as motivações dos homens ao cálculo racional e ao interesse consciente. Contra isso, afirma o autor a existência no homem de um componente muito importante e comumente não considerado, o que ele chama de “paixão”. Nas suas palavras:

A fixação das crenças relevantes (...) não é uma “questão puramente intelectual” ou resultado de “erro filosófico”. Os agentes agem com base no que passaram a considerar ser do seu interesse mas, e este é um ponto crucial, o caminho pelo qual eles vem a perceber tais

¹⁹ Pois, nas palavras de Zoja(166), *o que torna tão difícil sensibilizar o público à idéia de crise global não é somente o habitual conservadorismo psicológico; grande parte do problema esta na dificuldade de individuar um adversário (...). Como se pode mobilizar alguém para uma luta se o inimigo não é indicado?*

interesses como sendo seus não é a via direta do cálculo racional, pensamento consciente e deliberação, nem a leitura atenta dos “clássicos”(ou dos autores da moda) da filosofia moral, política e econômica; é obra das paixões, ou seja, daqueles sentimentos, emoções e desejos sub-rationais que se revelam capazes de outorgar valor a qualquer objeto e, com isso, despertar os homens do repouso (ou do abismo da dúvida de si mesmo) para a ação e todas as crenças e opiniões que a acompanham (idem:122).

Com isso se quer dizer que, qualquer teoria sobre o mundo (seja de economistas, filósofos, físicos, etc) não pode ser tomada como possuindo um poder central na determinação das atitudes. E a isso me refiro tanto às concepções desenvolvidas ao longo destes séculos quanto àquelas que a criticam, a favor de uma nova concepção. Devemos sempre nos lembrar que estas discussões acontecem a um nível relativamente “destacado” da vida comum das pessoas²⁰, muitas vezes estando muito a frente (ou muito atrás) das práticas efetivas.

Assim, resumir o projeto educativo a uma transmissão de informações a respeito do embate de teorias abaixo do qual vivemos, não é suficiente. Pois, como nos sugere Fonseca (*ibidem*:139), o homem é composto de componentes decisórios que vão muito além das capacidades intelectuais, não havendo como *eliminar por decreto hábitos mentais que parecem estar fortemente arraigados no mecanismo de nossas emoções e propensões sub-rationais*.

Por mais que neste trabalho não seja desenvolvida esta investigação, que escaparia ao nosso escopo, afirma-se aqui que um projeto educativo efetivo não pode se furtar a enfrentar estas questões e a ela achar uma resposta – se não definitiva ao menos consistente e coerente com seus propósitos educativos. Tal investigação poderia assim, nos permitir apreender as causas mais profundas que permitem que determinados valores sejam “criados” e reproduzidos, o que por sua vez, poderia nos levar a respostas para as pungentes questões: o que fazer para modificar pensamentos e atitudes? Por que não basta explicar “cientificamente”o que acontece, para que se mudem valores, vivências e concepções? “*Como mudar o mundo?*”

Mesmo considerando imprescindíveis as respostas a estas questões, não deixa de ser possível definir desde já um projeto educativo no nível de diagnóstico e análise em que nos encontramos, no qual a crise se refere a valores culturalmente determinados: os valores da “Modernidade”. Partindo do que já foi levantado até aqui, iremos em seguida pensar nesta categoria de modo a ampliarmos o entendimento de sua complexidade intrínseca e de modo a definirmos mais concretamente “alvos” para a educação.

²⁰ Nos ambientes acadêmicos, congressos, livrarias, bibliotecas, etc...

3.0. HISTÓRIA DE UMA CRISE. PARTE III.

O que, afinal, está em crise nesta categoria a que chamamos “modernidade”? Os princípios da ciência moderna, que remetem ao século XVI? Ou a postura antropocêntrica ocidental, que alimenta o modo como o mundo é tratado? Ou ainda, o capitalismo e suas fórmulas de mercado predadoras?

Na verdade, todos estes fatores estão, como vimos, relacionados ao contexto descrito no primeiro capítulo, no qual se percebeu o processo de mudança nos padrões de vida das sociedades ocidentais, por conta das transformações decorrentes do uso de novas bases energéticas, da industrialização, do aumento da produção e do consumo, do crescente desenvolvimento tecnológico e da urbanização.

Tentar compreender estas mudanças implica aceitar sua complexidade intrínseca e não procurar reduzir a multiplicidade de processos concomitantes a explicações unicasais. Ou seja, não foi a ciência *ou* a industrialização, *ou* a tecnologia, *ou* o capitalismo, o causador de tais ou quais mudanças. Na verdade, como veremos, todos estes fatores fazem parte de uma “configuração ideológica” ampla e essencialmente dinâmica, que apresenta estes (e muitos outros) elementos dispostos em diferentes posições, de acordo com o momento histórico.

Assim, o objetivo aqui não é definir o que seja “modernidade” a partir de todos os fatores que sabemos existir – embora não sejamos capazes de reuni-los. Queremos apenas construir um “recorte interpretativo”, que nos possibilite apreender um determinado número de causas essenciais para as quais possamos direcionar nosso projeto educativo. Os problemas a serem enfrentados são inúmeros e também suas causas, mas cremos ser possível definir – tal como outros autores o farão, a seu modo, complementando esta análise – quais problemas e causas consideramos mais significativos e para os quais o nosso olhar – limitado certamente – é atraído.

*

O significado do termo “configuração ideológica”, aqui utilizado para englobar os fatores da crise, inspira-se na proposta metodológica do antropólogo francês Louis Dumont, base de seu trabalho de construção da origem e da especificidade da “ideologia moderna”²¹ - o conjunto de idéias e valores comuns a inúmeras sociedades, países e nações do mundo moderno.

²¹ Encontrado em Dumont, 1985, 1992 e 2000.

Este autor trabalha a idéia de que em toda sociedade existem conjuntos de idéias e valores compartilhados pelos seus integrantes, a que ele chama de “ideologia”²². O seu projeto de elaboração de um sistema ideológico moderno consiste em reunir traços em sua maioria percebidos em isolamento, para se ter a vista suas inter-relações. O autor se serve deste expediente para apontar, na história européia, a emergência de novas categorias de pensamento tais como “política”, “economia”, “individualismo”. Cada uma destas categorias, representando um aspecto essencial presente na gênese da ideologia moderna, cada qual surgindo em períodos históricos diferentes mas de certa forma sobrepostos.

O que justifica, para o autor, seu projeto, é o fato de que não se pode negar que a civilização moderna difira radicalmente das outras civilizações e culturas e que existe, nesta configuração de idéias, o componente de continuidade histórica e inter-comunicação entre seus elementos.

Já tivemos uma amostra no capítulo anterior do que consiste esta configuração. A Europa Ocidental cristã foi palco de uma profunda transformação que, ao longo dos séculos, teria engendrado uma revolução de valores cujos frutos foram o desenvolvimento da tecnologia, a existência de uma ciência da natureza e o capitalismo (Dumont,2000). A questão, para Dumont, vem a ser entender *como e por que foi engendrado este desenvolvimento único a que chamamos de moderno*.

Esta revolução de valores teria dado origem à moderna idéia do valor do “indivíduo” emancipado de suas ataduras tradicionais e erigindo-se como valor supremo e medida de todas as coisas (Stolke,2001). Este “indivíduo-no-mundo” difere de qualquer outra civilização ou cultura, enquanto a forma não moderna (“holista”) representaria o tipo mais generalizado – aquele em que o corpo individual não pode ser considerado independentemente do corpo social (Benoist,s/d:1)

Desde a Idade Média, segundo Silva (1999:1), práticas de isolamento e preocupação por si, não comuns em períodos anteriores, permitiram um progressivo desligamento do ser humano da totalidade, o que por sua vez culmina na visão de um homem independente - separado da natureza e essencialmente não-social.

Assim, o período Moderno apresenta-se como a culminância de um processo que separou não apenas homem e natureza, mas os homens entre si, agora “indivíduos”. Mais, o individualismo e a noção secular e mundana de um indivíduo independente em relação ao funcio-

²² Diz o autor que, diferentes sociedades fariam parte de uma civilização comum – o que não implica dizer que esta ideologia esgote tudo que a civilização moderna é, uma vez que, por mais que Dumont considere central o papel da ideologia com relação ao conjunto da realidade social, ela não é TODA realidade (Dumont,2000:19).

namento orgânico do meio natural correspondem por sua vez à instauração da propriedade privada, que altera *a estruturação da esfera pública e a organização da personalidade, forçando os indivíduos a se envolverem com as questões do eu – assim, também neste caso o conjunto da sociedade é mera soma das partes do indivíduos, e ao Estado cabe apenas a proteção dos indivíduos enquanto tais* (Silva,1999:4).

Deste modo, Dumont (1992,2000) demonstra que a singularidade histórica do Ocidente reside em sua imagem de sociedade, dominada pela concepção de *societas*²³ (idéia de que sociedade é um artifício resultante da adesão consensual dos indivíduos, guiados racionalmente pelo interesse, a um conjunto de normas convencionais) que se contrapõe à forma “normal” e mais disseminada de sociedade - aquela definida pelo nome de *universitas*²⁴ (idéia de sociedade como um todo orgânico preexistente empírica ou moralmente a seus membros, que dele emanam e retiram sua substância)²⁵.

3.1. A ideologia moderna

Dumont define a ideologia moderna como individualista. Entretanto, como já dito, o “indivíduo” como valor social não é um traço isolado – ele possui atributos e implicações ou concomitâncias. Deste modo, o projeto de Dumont, de cujas conclusões principais nos varemos, é analisar as origens desta categoria e suas relações, implícitas ou não, com categorias como “político”, “econômico”, “liberdade”, “igualdade”(1985: 21)²⁶.

Um caso exemplar desta inter-relação, diz respeito aos termos individualismo e nacionalismo: se a princípio a idéia de nação e o sentido de grupo que ela implica aparentemente se contraponha à idéia de indivíduo, a nação é, em realidade, o tipo de sociedade global composta exatamente por pessoas que se consideram como “indivíduos” – ou seja, como fonte das normas e leis, iguais entre si. No entender de Benoist (s/d), este é na verdade um dos componentes do “programa da modernidade”: a construção de uma ordem social fundada na vontade

²³ Ou concepção “individualista”.

²⁴ Ou concepção “holista” do social.

²⁵ Um dos pressupostos fundamentais da abordagem de Dumont é que a espécie humana apresenta formas de organização social diferenciadas, que irão se materializar de maneira diferente nas sociedades ocidentais (nas quais impera um aparente igualitarismo), e nas orientais (onde predomina a submissão à hierarquia).

²⁶ É interessante citar que Dumont deixa clara a limitação de seu trabalho, não pretendendo assim construir nenhum sistema. Afirma a incompletude e mesmo transitoriedade de seu trabalho: *ao invés de atentar um quadro completo (...), afirma o autor, creio ser mais adequado abordar uma gama variada de problemas. Assim, (...) o trabalho terá a forma de uma série de sondagens, ou sobretudo, de cortes parciais ou entrecruzados deste objeto demasiadamente complexo que chamo de ideologia moderna* (Dumont, 2000:7). Não encontramos palavras melhores para definir a natureza deste próprio.

individual, na igualdade formal e na primazia da lei, como vimos, correspondendo à representação, no plano político, das sociedades como auto-instituídas mediante o contrato (*societas*).

Diante desta perspectiva, vemos que a emancipação do indivíduo se relaciona à emancipação do poder político da autoridade religiosa (associada à criação do Estado) e da economia de mercado como razão suprema na modernidade.

Assim, ao surgimento do indivíduo – cujas origens não são totalmente acordadas, havendo autores que a colocam na Grécia clássica, outros no Renascimento, outros na revolução burguesa – liga-se o surgimento do Estado e da “política”.

Estes últimos fatos encontram-se bem expressos na moderna doutrina do direito natural e no seu privilégio dado aos direitos naturais dos indivíduos. Como afirma Alcure (2003), em contraposição ao jusnaturalismo tradicional, no qual o cidadão só tinha praticamente deveres em relação ao governante e estava sujeito exclusivamente ao julgamento divino, a doutrina moderna do direito natural afirma os direitos dos indivíduos, que se tornam fundamento dos deveres dos governantes. Essa valorização do indivíduo e seus direitos naturais é a grande mudança promovida pelo jusnaturalismo moderno e representa um ponto essencial no longo processo histórico de afirmação do valor do indivíduo.

Concomitante a estes fatores tem-se a categoria “econômico” - para Dumont (2000), uma das expressões mais acabadas do individualismo – à qual daremos maior atenção devido à sua presença central na argumentação aqui proposta.

Já tornou-se lugar comum apontar a “economia” como a grande responsável pela crise da modernidade. Mas qual seria a “essência” dos fenômenos qualificados como “econômicos” e o que eles implicam?

Como vemos com Polany (*apud* Dumont,2000:17 e Cerqueira,2000), pesquisas antropológicas demonstraram que nas sociedades que antecederam as economias de mercado, os atos econômicos (que ele define como sendo as ações voltadas a obtenção de meios para satisfação das necessidades) sempre estiveram imersos nas relações sociais; a motivação para produzir não advinha de interesses especificamente econômicos mas estava ligada aos fatores sociais em geral. Deste modo, os atos de produção e distribuição não dependiam de motivações como “busca do lucro”, “minimização de custos”, “maximização de retorno”(Cerqueira,2000).

Conforme Dumont, nas “sociedades tradicionais”, as relações dos homens entre si eram (são?) mais valorizadas do que a relação entre homens e coisas colocada pela sociedade mo-

derna. Naquelas, a riqueza imobiliária, ou os bens de raiz, eram a base do poder de uns homens sobre os outros; a riqueza, ou a posse de bens móveis e dinheiro, não aparecia como um fim em si mesmo. Ao contrário dos modernos que acabam por “instituir” a riqueza mobiliária como forma superior de riqueza, com uma autonomia até então desconhecida pelas sociedades do tipo anterior.

Surge, assim, a esfera do “econômico” como domínio autônomo, fruto da separação dos fenômenos²⁷ relacionados a esta esfera do tecido social – inovação, aliás, sem precedentes na história da humanidade e base do “liberalismo” e do papel de crescente importância do mercado, que dominou o século XIX e as primeiras décadas do XX (Dumont,2000:17).

3.1.1. Economia como esfera autônoma

Podemos dizer que este novo ponto de vista surge a partir do século XVIII, mais precisamente em 1776 com a publicação da “Riqueza das Nações”, de Adam Smith (1723-1790), obra a partir da qual o econômico é pensado como um sistema, um todo com características específicas e distintas.

Pode-se ter melhor noção da importância deste trabalho ao nos remetermos aos trabalhos dos teóricos do “mercantilismo”, para quem a economia era apenas um meio de atingir os interesses reais, com o Estado controlando o mercado. Uma importante mudança ocorrida a partir deste momento, em que predominava o desprezo pelo comércio e pelo dinheiro, foi a inédita consideração da troca como vantajosa para as duas partes. Esta mudança produziu-se de forma progressiva no período mercantilista, pavimentando o caminho para a ascensão da categoria econômica (Dumont,2000:51).

O que Dumont percebeu na literatura mercantilista foi que para um domínio ser reconhecido como “econômico”, ele deveria estar separado da Política e também - como defendem alguns autores analisados por ele - estar separado da moralidade e de seus pressupostos.

Em linhas gerais, pode-se identificar a emancipação desta categoria a partir do momento em que o tradicional poder ligado à posse da terra foi substituído por outra fonte de riqueza: o

²⁷ Mas afinal, o que seriam estes fenômenos? Pois não existe nada que se assemelhe a uma “economia” na realidade exterior, até o momento que este objeto é construído. Deste modo, afirma Dumont (2000:38), *se a “economia” é uma construção e se a disciplina particular que o constrói não pode (...) nos dar a essência do econômico, os pressupostos de base sobre os quais ele é construído, então, será necessário procurá-lo (...) no lugar do econômico na configuração ideológica geral.* O pensamento moderno muitas vezes não percebe que o “econômico” não é um fato em si – é esta cegueira que explicaria para Dumont uma forte tendência ideológica contemporânea de analisar a realidade social como uma separação entre vida material/subsistência e relações sociais, dando à primeira uma eficiência causal (*idem*:41).

trabalho. Para tanto, um passo inicial teria sido dado pelo fisiocrata Quesnay que, em oposição aos mercantilistas, considerou que a verdadeira riqueza estaria ligada à produção agrícola - os meios de subsistência do homem, tidos para ele como os bens essenciais. Entre a terra e o trabalho, este segundo seria apenas o auxiliar necessário de um processo controlado pela fertilidade da terra. O econômico aqui era um processo de produção ou de incremento da riqueza, que tinha como base e razão as potencialidades da natureza. *A economia era a produção e a produção era a terra (idem:63).*

Para Dumont, por mais que Quesnay tivesse uma visão do funcionamento da economia como um todo ordenado, como um sistema de relações ou como uma esfera com características específicas, esta idéia derivava de uma concepção mais geral que ele possuía do universo e a projetava sobre o plano econômico. Em outros termos, ele possuía uma idéia de sistema político onde a riqueza circulava de forma harmoniosa e regulada e cuja fonte seria a natureza, ajudada pela atividade dos homens. A ordem econômica, dentro deste sistema maior, teria como condição a propriedade privada e a liberdade em relação ao Estado. Aqui, o sistema econômico não só depende do corpo político como de uma orientação teológica global. *(ibidem:61)*. Deste modo, o homem se encontra no interior de um ordem teológica, não estando separado da natureza e de suas leis, que ele deve respeitar.

Pode-se perceber em sua teoria um individualismo contido que vai encontrar maior representação nos trabalhos de Locke (1632-1704) e Mandeville (1670-1733). Com Locke, o centro da análise passou a ser a propriedade, que implica a idéia de indivíduo e econômico. Sendo que o político, de algo naturalmente dado passou a ser algo que seria livremente combinado e desejado. A teoria moderna pretende afastar com isso a subordinação como um princípio fundamental - onde o econômico não se distingue no interior do político e a sociedade é tomada como um todo construído sobre a subordinação. E mais, a subordinação enquanto laço que unia homens e coisas e homens entre si é substituído pela relação de propriedade, tomando por base ainda a “igualdade” e a “liberdade” dos “indivíduos”.

Por outro lado, o econômico acaba se descolando da moralidade a partir do momento em que solicita um sistema normativo próprio, quando a ação econômica é tomada como orientada em si mesma para o bem. Mandeville coloca aqui o papel central do egoísmo nos fenômenos econômicos. Mais do que isso, para Mandeville o egoísmo é o fundamento da própria sociedade, sendo o princípio que torna as pessoas sociáveis, a base da vida e pilar dos comércios e empregos. Ou seja, para ele o caráter sociável do homem (“indivíduo”) nasceria dos seus muitos desejos e da dificuldade em satisfazê-los – estando então na satisfação destes a necessidade de viver em sociedade.

Aqui já se percebe o que Dumont considera um ponto chave na ideologia moderna e que já foi citado: as relações entre homens e coisas – necessidades materiais – tomadas como primárias em detrimento das relações entre os homens, secundárias.

Mas é com Adam Smith que se percebe um individualismo genuinamente livre de entraves, uma vez que está no homem e no valor de troca criado pelo trabalho o poder de criar a riqueza: *o homem individual como criador de valor (ibidem:123)*. Segundo Dumont (*ibidem:144*), aliás, mais do que localizar o valor na relação de troca entre homens, estes autores clássicos o localizavam nas coisas produzidas. Assim, a primazia dada à relação homens /coisas encontra seu corolário na mudança na categoria de “riqueza”.

A economia como esfera autônoma implica, assim, a existência de um mercado não mais regulado pelo poder político, mas ordenado a partir das conseqüências das ações de agentes individuais, movidos pela busca de seus próprios interesses (Benoist,s/d). E são a economia e a troca mercantil tomadas como fundamento da sociedade e modelo das relações sociais, respectivamente.

Com isso vimos quais as raízes do longo processo de desenvolvimento do mercado e das indústrias, pautados pelos signos do progresso, crescimento econômico e modernização. Foi a partir do século XVIII que se disseminou a idéia de que a melhora da sociedade estaria associada à produção de riqueza material, ligada a fatores tais como o investimento, a maior produtividade e o acúmulo de riqueza individual. E os séculos XIX e XX viriam expressar o que seria a sociedade sob a hegemonia da racionalidade científica e do progresso técnico – legitimada pela concepção de que desenvolvimento *é sinônimo de crescimento econômico e capacidade de investimento em inovações que aceleram a produção de riquezas materiais de forma ilimitada* (Brandenburg,1999:27).

3.1.2. Economia em questão

De Adam Smith ao mundo atual percorremos um longo caminho. Pulando períodos até chegarmos à economia contemporânea, temos uma miscelânea de teorias e modelos provenientes de varias épocas da história econômica. Entretanto, afirma Capra (1982:204), pode-se dizer que virtualmente todos os economistas atuais têm como obsessão – aliás, sem limites – o crescimento econômico e tecnológico, pautados por uma abordagem competitiva e auto-afirmativa – parte do individualismo atomístico de Locke.

Assim, a economia como esfera autônoma - estudada por uma “ciência” que formulou suas leis- se desenvolveu ao ponto de se restringir à análise dos fluxos econômicos: os sistemas econômicos vistos como sistemas fechados determinados apenas pela “troca”, ou seja, fluxos de serviços e produtos compensados por fluxos financeiros em sentido contrário (Deleage,1993:222)..

Dentro deste sistema, qualquer produto da atividade humana, e recursos da qual se alimenta, torna-se uma mercadoria, incluídos os recursos naturais. Assim, na medida em que neste fluxo não há limites nem travas, os recursos são transformados em mercadorias até o limite da exaustão. Este processo consolidou ainda mais a idéia da natureza como simples objeto para o usufruto humano (*idem*).

Também no mundo moderno a economia consolidou-se como *locus principal da produção simbólica*. Ou seja, a economia e suas categorias dominam esta produção, fornecendo os códigos principais de outras relações e atividades sociais (Sahlins,1979:232). Isso explica porque, por exemplo, até mesmo os discursos ambientalistas puderam ser englobados por uma lógica que reintegraria, como Leff (2001:25) afirma, a economia ao sistema ecológico: os potenciais da natureza tornam-se “capital natural”, reduzidos a sua valorização no mercado; *o trabalho, os princípios éticos, os valores culturais, as potencialidades do homem e sua capacidade inventiva são reconvertidos em formas funcionais de capital humano. Tudo pode ser reduzido a um valor de mercado, representável nos códigos do capital*.

Ainda neste sentido, em nossa sociedade, tudo se passa como se a esfera do econômico se referisse à mais prática realidade. Ou seja, somos fundados, como Sahlins (*idem*:239) afirma, em uma teoria da práxis baseada em interesses pragmáticos e condições pretensamente objetivas. A idéia de indivíduo como ser moral, independente de atributos sociais, em busca constante de seus próprios interesses é concomitante à idéia de que a atividade econômica é aquela em que estes indivíduos colocam em ação a sua busca por necessidades tomadas como objetivamente dadas.

Mas na verdade, como já vimos com Dumont (2000:38)²⁸, não há na realidade exterior nada que se assemelhe a uma “economia” até o momento em que este objeto é construído. A desnaturalização destas categorias tomadas como óbvias é a única coisa que nos permite compreender outras sociedades que não comungam destes valores, que não tomam o indivíduo

²⁸ Conferir nota 26.

como fonte originária da sociabilidade e não deslocam aquilo que chamamos de “economia” de todo o conjunto de fatores que compõem suas relações sociais.

É este etnocentrismo, inerente (não apenas) às concepções ocidentais universalizantes, uma das premissas para a idéia de modernização: a de que o progresso deve ser levado a todas as sociedades ainda presas a suas tradições antiquadas. Não se compreende que outras sociedades possam não ser regidas por esta lógica “mercadorizante”. Não se percebe que a nossa própria sociedade se alimenta da ilusão de que nossa cultura é construída a partir de atividades e experiências reais de indivíduos práticos (Sahlins:1979:239); sendo, em tese, a mais racionalmente organizada, o objetivo final de todas as formas sociais.

Não nos percebemos “construídos” historicamente e é exatamente esta falta de percepção uma das causas da vigência da intolerância ao diferente, do desrespeito às culturas “tradicionais”, da indiferença a tradições comunitárias ou familiares.

Assim, a violência muitas vezes implícita em “processos variados de modernização”, decorre frequentemente desta indiferença ou mesmo cegueira frente a outras lógicas de pensamento, facilitadas pela grave capacidade deste sistema em *reduzir propriedades sociais a valores de mercado* (Sahlins,1992); e isso tanto a nível macroscópico quanto ao nível das nossas “pequenas” relações cotidianas.

3.2. Qual modernidade?

Em suma, o mercado na sua forma capitalista enfatizou um determinado conjunto de elementos (valores) a partir dos quais baseia as relações de troca. Entretanto, aquela naturalização do “econômico” criticada anteriormente a partir de Sahlins, também afetou e afeta as próprias análises sobre estes fenômenos – incluindo-se aqui o próprio diagnóstico de autores que pretendem criticar este modelo (economia utilitarista/indivíduo competitivo). Ou seja, até que ponto a troca econômica se reduz a uma prática estritamente utilitária e mercantil, referindo-se exclusivamente a uma equivalência entre ‘objetos’ trocados?

Bevilaqua (2002) afirma que é dominante no pensamento moderno a visão de que existe uma descontinuidade radical entre a modalidade de troca mercantil e uma outra definida por Mauss como troca de “dons” (que vincula sujeitos enquanto sujeitos por meio de objetos, com uma lógica que transcende o utilitarismo)²⁹. Esta autora afirma que a perspectiva maussiana

²⁹ Na explicação de Lanna (2000), Mauss afirma que a vida social não se resume a uma circulação de bens mas inclui a circulação de pessoas, nomes, palavras, visitas, títulos, festas. As trocas, assim, não são só materiais e a

de que os princípios da “economia do dom” ainda funcionam na nossa sociedade, de maneira constante e subjacente, apenas recentemente está sendo levada em conta.

Segundo Bevilaqua (*idem*), estes dois princípios aparentemente antitéticos de organização das relações sociais coexistem em nossa sociedade, sendo que a lógica do dom não se limita apenas a regiões intersticiais da sociedade contemporânea (universo das relações privadas ou em algumas instâncias que parecem resistir a uma completa submissão à lógica mercantil, como o trabalho voluntário, a filantropia e a comercialização de obras de arte) mas pode ser reencontrada, surpreendentemente, no próprio coração do mercado – se não nos "jogos abstratos do dinheiro", certamente nas operações que fazem parte da vida econômica cotidiana³⁰.

Vamos aqui nos valer de algumas das conclusões da autora:

As reflexões a respeito do mercado de consumo nas sociedades contemporâneas seguidamente enfatizam a impessoalidade e a imediatez das relações. Não há como negar que as relações de consumo sejam, na maior parte do tempo, efetivamente anônimas e fugazes: uma parcela considerável das transações cotidianas ocorre entre desconhecidos e chega ao fim no próprio momento em que se concretiza. No entanto, ainda que se admita que a relação entre consumidor e fornecedor não é um fim em si mesma, essa condição geral da dinâmica do mercado nas sociedades contemporâneas não justifica a conclusão de que o breve contato entre ambos se estabeleça em termos estritamente instrumentais e pragmáticos.

Ao contrário, a etnografia dos conflitos nascidos de relações de consumo convida a explorar a hipótese oposta: justamente por não existir nenhum compromisso anterior entre as partes, mais é necessária “uma afirmação de boa vontade, que dissip[e] a incerteza recíproca” e permita o estabelecimento de um vínculo, ainda que fugidio e episódico (cf. Lévi-Strauss, 1982:99). Desse modo, é possível admitir que mesmo as relações econômicas mais efêmeras no mercado de consumo – e principalmente estas – envolvem, sempre e necessariamente, um princípio de identificação, que permite a aceitação do outro como digno de parceria e, por conseguinte, a realização do negócio.

circulação pode também implicar prestações de valores espirituais e a maior ou menor alienabilidade do que é trocado.

³⁰ A reflexão se baseia em pesquisa etnográfica sobre conflitos decorrentes de relações de consumo, sobretudo aqueles cuja solução é buscada junto a instituições estatais de defesa do consumidor. O trabalho de campo foi realizado por 4 anos em Curitiba (PR) e envolveu a observação da rotina das instituições de defesa do consumidor e o acompanhamento da peregrinação de consumidores por diferentes instituições. Com base neste material, a autora afirma que princípios do dom não apenas coexistem, mas são capazes de englobar os princípios do mercado.

Apenas esta citação é suficiente para pensarmos que, mesmo naquelas ações que julgamos essencialmente pragmáticas e utilitárias, podem residir outros condicionantes. O que implica que podemos e devemos questionar o grau e a amplitude da realização desta ideologia moderna (em todos os seus modos) no cotidiano.

Caímos aqui em uma questão semelhante àquela apontada no final do capítulo 2. Ela diz respeito ao grau de efetivação das idéias na prática dos indivíduos, e pode ser resumida na clássica relação teoria x prática. Isso nos leva então às seguintes questões: como supor que esta ideologia tenha se realizado exatamente do modo como seus teóricos (e críticos) a propuseram? Mais, não podemos esquecer que a “modernidade” não se resume ao que foi aqui levantado como sendo sua forma essencial. Mesmo que estes fatores busquem preencher o conceito, eles ainda deixam de fora muitos outros componentes da realidade, aos quais Dumont denomina “resíduos”.

Estes “resíduos” podem ser entendidos de dois modos que serão tratados separadamente adiante: um que diz respeito ao problema em questão (“o que acontece com a ideologia quando vivida?”) e outro que se refere à possível existência (não percebida, não considerada, não relevada) de outras ideologias concorrentes.

Neste segundo caso, nos vemos diante de um problema metodológico comum: como, afinal, tratar de uma categoria – modernidade - de tal magnitude sem nos perdermos em nossos objetivos, sem soarmos simplistas, sem reduzirmos a complexidade do real? Pois, tal como todos os outros, este momento histórico carrega em si uma diversidade grandiosa de concepções sobre o homem e a vida, coexistindo, predominando umas em detrimento das outras, unidas em sínteses ou separadas em oposições irreduzíveis. É o que tentaremos analisar agora.

*

Para escaparmos de uma visão simplista, devemos ter em conta que quando falamos em “modernidade” ou “civilização ocidental” não estamos diante de um todo homogêneo e consensual. Do mesmo modo, não podemos falar de crise como se ela abarcasse a realidade como um todo, como se este fosse o único qualificativo do momento em que vivemos. Como coloca Touraine (1994:156), (...) *modernidade, em crise ou não, está cheia de atores que proclamam suas convicções, combatem seus inimigos, apelam para o renascimento do passado e a criação do futuro.*

Pode-se contornar esta dificuldade tendo em conta que o momento em que vivemos é palco de um embate acirrado entre concepções (e práticas) diferentes e não necessariamente

em oposição, no qual a configuração descrita tem um papel destacado e pretensamente hegemônico.

Um exemplo, além daquele representado acima por Bevilaqua (2002), pode ser percebido na própria dicotomia que utilizamos aqui para diferenciar sociedades do tipo holista e individualista. Ela não deve ser tomada necessariamente como caracterizando duas formas sociais ou mesmo oposições irreduzíveis; afirma Viveiros de Castro (2000) que ela também se refere a um contraste presente no interior dos tipos sociais. Assim, podemos perceber na história do pensamento ocidental uma oscilação entre estas duas imagens de sociedade, algumas vezes opostas e outras combinadas de modo historicamente variável.

Podemos, assim, citar a tensão - presente nos séculos em que se consolidavam estes valores modernos - entre a concepção descrita (fruto do pensamento iluminista, especialmente francês, e que se pensava como uma reação à irracionalidade representada pela igreja e pelo *ancien regime*) e aquelas professadas por intelectuais alemães na mesma época que, mais afeitos à defesa das tradições nacionais, se colocavam contra a civilização cosmopolita. Para estes que configuraram o que se chamou de contra-Iluminismo, a civilização racional, científica e universal, associada a valores materiais, ao capitalismo e muitas vezes à política externa e à influência econômica era o grande inimigo a ameaçar a cultura autêntica e os valores espirituais (Kuper,2002:28).

Pode-se ir ainda mais longe com o sociólogo Colin Campbell (2001:318), para quem a lógica cultural da modernidade foi pautada não apenas pela racionalidade expressa nas atividades de cálculo e experimentação, mas também na paixão e no “sonhar criativo”. Para o autor, o dinamismo do Ocidente nasce das tensões sonho x realidade, prazer x utilidade, ego boêmio x ego burguês, ou seja, a sociedade moderna não teria implicado apenas o desenvolvimento crescente da racionalidade, havendo aí processos culturais paralelos, ligados a valores do sentimento³¹.

Sua idéia básica é de que não somente as técnicas de produção foram transformadas como também a própria natureza da procura por objetos, não sendo esta apenas um reflexo daquela (*idem*:31) Assim, o autor se questiona: o que teria causado um crescimento tão grande da procura e do consumo? Para ele, o aumento da procura não é apenas consequência do aumento da população ou do poder aquisitivo – posto que por mais que tenha se desenvolvido

³¹ Esta crítica nos levaria a um caminho longo – chegaríamos a discussões que colocam em questão a própria idéia de modernidade afirmando que atualmente se vive uma “sociedade de consumo”, “de imagem”, “do espetáculo”, inseridos em um polemico movimento “pós-moderno”. Aqui não existe (ainda) a preocupação em rotular de um modo ou de outro o movimento percebido, apenas entende-lo minimamente.

historicamente uma nova aptidão para o acúmulo e a compra de supérfluos, há que se considerar a existência ou não de uma disposição para fazê-lo (Jones *apud* Campbell, *idem*: 32).

Se por um lado, afirma o autor, existe um certo consenso em torno das explicações de Weber a respeito da revolução industrial, da comoção do sistema de produção de bens manufaturados e das características do moderno capitalismo produtivo, de outro, faltam explicações a respeito da revolução concomitante do consumo. O autor pretendeu, deste modo, formular uma teoria que transcendesse as análises utilitaristas do comportamento, levando em conta fenômenos em grande parte desprezados pelos cientistas sociais, relacionados com esta revolução, tais como: a moda, o amor romântico, a leitura de ficção e o gosto (*ibidem*:17,18) e que conformam o que ele chama de ética romântica³².

Em suma, seu trabalho pretende-se complementar à análise weberiana (*ibidem*:23) afirmando que, além dos aspectos racional e ascético, também os aspectos pietista e sentimental (subjacente aos fatores citados acima) são contribuições ao desenvolvimento da economia moderna.

Diante do que foi mostrado, podemos ter mais clara a idéia da modernidade como contendo em seu interior variadas concepções e visões em confronto (que superam as aqui citadas). Assim, por mais que daqui em diante visemos construir uma determinada configuração do que seja modernidade, devemos levar em conta, como já afirmou-se, que ela não esgota o real e pode até mesmo ser na prática contradita por fenômenos que lhe são aparentemente contrários. Explica-se.

O próprio Dumont (1985:29) aponta para o fato de que mesmo o individualismo sendo uma categoria onipotente na sociedade moderna, ela não deixa de ser constantemente perseguida pelo seu contrário (o holismo). Esta questão se insere em uma complexa discussão feita pelo autor a respeito do que acontece com a ideologia moderna uma vez aplicada na prática.

Nesta discussão, ele nos remete aos casos concretos de totalitarismo e racismo, como situações que, para ele, apenas aparentemente contradizem a ideologia ao pretenderem uma volta ao holismo. Isto o leva a afirmar a coexistência em nosso tempo do individualismo e do holismo, este último ligado à permanência de elementos não modernos (como a família) e principalmente ao fato de que *o próprio emprego dos valores individualistas desencadeou uma dialética complexa que teve por resultados (...) combinações em que eles sutilmente se misturam com seus opostos (idem)*.

³² Não é a toa que seu livro é intitulado: “A ética romântica e o espírito do consumismo moderno”.

Aqui entramos na outra questão aludida alguns parágrafos acima.

3.2.1. “A teoria na prática é outra”

Dumont percebe que a ideologia individualista igualitária não se realiza perfeitamente na prática. Exemplos disso são os casos citados acima, que o autor toma como “graves incongruências” que envolvem o ideal individualista igualitário e universalista. Entretanto, suas explicações para tal ponto se apresentam, conforme Stolke (2001), incompletas e ambíguas. Por mais que ele perceba a co-existência entre individualismo e seu oposto, para sua explicação na seguinte afirmação: *por mais que a configuração individualista de idéias e valores [seja] característica da modernidade, ela não lhe é coextensiva* (Dumont, 1985:29).

Tentarei aqui sugerir algumas hipóteses de porque a ideologia *não é coextensiva à modernidade*. Num primeiro plano, podemos dizer que a ideologia moderna não se realiza exatamente do modo como é pensada por conta da existência de “ideologias” concorrentes (o que vimos no item anterior); indo mais longe, posto que mesmo estas “ideologias concorrentes” levantariam a mesma questão, diremos, retomando as idéias desenvolvidas no final do capítulo 2, que existem outros condicionantes da ação que transcendem as ideologias.

Como podemos ver, a questão central e essencial reside na discussão do caráter da relação já citada “idéia x ação” ou “conhecimento x prática”. E se aí está o problema, será que não poderíamos afirmar que devemos direcionar nossa atenção não à ideologia em si mas à sua realização ou não na prática? Em outras palavras, será que não poderíamos dizer que a crise que vivemos não é da configuração ideológica mas sim do modo como ela é introjetada/vivida?

Não quero aqui cair na discussão da existência ou não de “conceitos puros”, “pura idéia” ou algo afim; o que se pensa é que, certamente certas idéias surgem em algum momento histórico favorecido por vários fatores contextuais e respondendo a determinados anseios coletivos (tais como a igualdade e a liberdade). Mas sabemos também o quanto o movimento das “idéias” é mais rápido e se dissemina mais amplamente (basta comprar um livro!) do que o “movimento das atitudes” – daí a dificuldade da educação em “reformatar o mundo”.

Sendo assim, não seria mais sensato aproveitarmos o que todos estes conceitos (“economia”, “política”, “indivíduo”, etc) possuem de “construtivo” em termos de uma sociedade mais justa (a humanidade já viveu suficientes experiências para refletir a respeito do que seria mais “saudável” para a vida coletiva), não desprezando-os como se neles residisse a crise?

Apenas como amostra desta possibilidade, cabe citarmos o que Godbout (1998) chama de “aspectos positivos” do modelo dominante de circulação de mercadorias e que explicaria seu poder atraente, quais sejam: 1) o realismo da noção de interesse individual, que teria causado menos danos na história humana quando comparadas às *carnificinas organizadas por transcendência altruísta para a glória de uma bandeira, chefe, fé ou convicção política* (Kostler, 1979 *apud* Godbout, *idem*); 2) a idéia de soberania das preferências daria ao mercado uma estrutura que de certo modo respeitaria os valores de cada um; 3) a liberdade de se relacionar com aqueles considerados “indesejados” sem necessidade de vínculos a longo prazo, fundada na liquidação imediata e permanente da dívida – *neste modelo cada troca é completa. Graças a lei da equivalência, cada relação é pontual (...) não tem futuro e portanto não nos insere num sistema de obrigações.*

Em resumo, este modelo constitui-se em uma alternativa à hierarquia imposta, estando aí sua força. *Porque contém um princípio básico de autonomia e liberdade, tão bem descrito e defendido por Hayek e que a esquerda clássica muitas vezes se recusou, de má vontade, a reconhecer* (Godbout, 1998). Entretanto, o autor não deixa de perceber que esta é uma relação social bastante limitada, *um laço fraco (...), posto que (...) acarreta também exploração, injustiça, exclusão (...).* Mas reafirma que, *todas as vezes em que alguém pretende não apenas saber melhor do que nós mesmos o que é bom para nós, como também pretende possuir autoridade para impô-lo, em vez de tentar nos convencer, preferimos o mercado. O mercado é um viático contra todos os que conhecem o nosso bem em nosso lugar*³³...

Concordar com o que autor diz não implica, como ele não o faz, defender o sistema de mercado do modo como ocorre. Pois certamente a contrapartida desta libertação de nossos laços, além da exploração e injustiça citadas acima, nos tornou cada vez mais dependentes de nossos bens, produtos e da necessidade de produzir cada vez mais (Godbout, *idem*). Mas por que? É esta a pergunta que deve ser feita antes de qualquer conclusão simplificadora³⁴.

³³ O próprio Mauss no clássico “Ensaio sobre a dádiva” (1974:189) defende a necessidade do indivíduo (...) *contar mais consigo do que com os outros (...), colocando que (...) é preciso que ele defenda os seus interesses (...), pois (...) o excesso de generosidade e o comunismo ser-lhe-iam tão prejudiciais, a ele e à sociedade, como o egoísmo dos nossos contemporâneos e o individualismo de nossas leis.*

Ou seja, não que este autor defenda o sistema de mercado, mas sim uma *nova moral* na qual as sociedades modernas voltem a (...) *motivos de vida e ação conhecidos por sociedades numerosas: a alegria de dar em público; (...) o prazer da hospitalidade e da festa provada e público (...). A segurança social, a solicitude da mutualidade, da cooperação (...) valem mais do que a vida mesquinha que proporciona o salário quotidiano (...).*

³⁴ Este próprio autor desenvolve o que ele chama de “paradigma da dádiva”, que poderá servir como uma hipótese possível para a questão das motivações humanas e suas explicação: neste novo modelo de explicação, o autor não se satisfaz nem com o postulado do interesse (nas formas “teoria da escolha racional”, “utilitarismo”, “individualismo metodológico”, “*homo economicus*”, etc) nem com o que explica a ação humana pela simples interiorização das normas. Ao lado do interesse e o “atrativo do ganho”, a análise da dádiva o leva a postular o “atrativo da dádiva”, a partir da hipótese de que os seres humanos tem primordialmente vontade de dar e a questão

Afinal, se os modos como realizamos as idéias forem os reais “culpados”, cabe-nos desvendar, como já afirmado e aqui repetido, os *hábitos mentais que parecem estar fortemente arraigados no mecanismo de nossas emoções e propensões sub-rationais*. Ou seja, desvendar o que impede que ideais como “somos todos iguais”, “somos todos livres”, etc, se realizem efetivamente. Na verdade, também cabe-nos desvendar porque ideais contrários, que impelem à violência e à destruição se efetivam. Os “mecanismos” destes dois processos podem ser os mesmos.

Enfim, mantemos aqui a idéia de que a crise se relaciona a uma determinada configuração de valores (ideologia). Entretanto, procuramos analisá-la de modo a não perdermos a complexidade do real, para que não caiamos em soluções simplistas que muitas vezes se perdem nos seus objetivos, posto que não identificam as causas mais essenciais dos problemas e suas inter-relações. É a esta complexidade que nos remeteremos a seguir - a partir do momento em que nos perguntamos a respeito da realização desta ideologia na prática, questionamos também os modos como ela se expande, de modo mais amplo, no fenômeno chamado globalização.

O que significa dizer que tal “ideologia” se globaliza, tendo em mente tudo o que foi discutido até aqui? Como lidar com o embate de concepções, com as (ainda) desconhecidas motivações humanas, e com a diversidade e a constante recriação cultural que postularemos, diante das idéias de “homogeneização” e “aculturação”, muitas vezes implícitas na idéia de globalização?

principal inverte-se de “o que faz com que demos, apesar de sermos egoístas e movidos pelo desejo do ganho” para “o que faz com que certas pessoas não dêem ou dêem pouco”? Estas instigantes questões merecem uma exploração futura mais detida e aprofundada.

4 .0. GLOBALIZAÇÃO?

Afirma-se que a mundialização do modelo de desenvolvimento pautado na economia é uma das principais responsáveis pelo caráter global da crise ambiental. Para que esta discussão fique mais clara, serão aqui analisados casos mais específicos e locais (Brasil, Paraná e litoral) e o modo como o referido fenômeno aí se expressa, para que em seguida visualizemos a questão de modo mais geral. A propósito, este movimento de análise é o próprio movimento que entendemos que deve ser a base de qualquer projeto educativo (ambiental ou não, informal ou não).

*

Tal como vimos nos capítulos anteriores, é colocada como um dos aspectos da crise da modernidade a “saturação” de um determinado modelo de desenvolvimento que pretende generalizar um padrão de vida e consumo que, entretanto, jamais será possível para todos os países e será sempre privilégio da minoria (Brandenburg,1999:32). Pois, se cada país do mundo tivesse como meta o padrão americano, por exemplo, teria que consumir, como este país o faz, nada menos do que 40% dos minerais e 30% das fontes de energia do mundo (sendo que ali residem apenas 5% da população mundial) (Ponting,1995:543). Tudo isso para manter uma riqueza expressa, por exemplo, na proporção de carros por habitante: enquanto na Índia é 1:800, nos Estados Unidos ela é de 56:100³⁵.

Mesmo diante dos seus altos custos, o estado de afluência alcançado pelos países industrializados e “modernos” levou vários outros, inclusive o Brasil, a nortear seus objetivos de crescimento por esse modelo. Uma das conseqüências disso, no que se refere à produção, diz respeito à utilização de sistemas de exploração inadequados ao seus ecossistemas, com práticas agrícolas homogeneizadoras de cultivo visando um mercado externo e causadoras de danos irreversíveis à produtividade destes ecossistemas (Brandenburg,1999: 40).

Deste modo, afirma Brandenburg, o subdesenvolvimento a que países como o Brasil são relegados, além de provir da organização do capital a nível mundial, é resultado da erosão do potencial produtivo da nação, *através de um processo que rompe os mecanismos de recuperação das forças produtivas de uma formação social e de regeneração de seus recursos* (Leff,1986:44 *apud* Brandenburg,1999:39). Além disso, este modelo, que promete um socie-

³⁵ Desigualdade esta que se expressa não apenas neste caso como em várias outras esferas da vida: coloca Ponting (*op.cit*:542) que 70% da população mundial que vivem fora do mundo industrializado representam somente 15% do lucro pessoal global. A renda *per capita* de um habitante de um dos países mais pobres do mundo, Ruanda, é de somente 1% da de um americano.

dade moderna e mais eficaz, não consegue integrar um número crescente de expropriados rurais e urbanos.

Brandenburg (1999:29) aponta ainda, como outra consequência deste processo, a perda de formas de vida tradicionais ou a destruição *de formas de vida anteriores, sem dar condições de reintegrá-los* [os grupos sociais] *a uma vida social que permita realizarem-se satisfatoriamente*. Assim, além da exclusão, este padrão de desenvolvimento carregaria em si um componente de *homogeneização provocada pela massificação cultural, que acaba por destruir culturas locais e étnicas (...)*.

Mesmo não negando a realidade dos processos analisados, esta última idéia, bastante comum, que diz respeito à “homogeneização” e “destruição” cultural é um pouco controversa e demanda algumas considerações, como veremos a seguir.

4.1. Aculturação e homogeneização?

Afirma Diegues (1989:2) que a partir dos anos 70, começa a surgir no Brasil a preocupação de que o modelo de desenvolvimento predatório das sociedades urbano-industriais causariam prejuízo às “formas tradicionais”³⁶, ameaçando a manutenção da diversidade e das culturas locais.

Seguindo esta preocupação, podemos citar, a título de ilustração, pesquisas realizadas no litoral do Paraná, tal como as de Winther *et al* (1990)³⁷. Estes autores afirmam que o “padrão (tradicional) caíçara”, no qual predominaria uma produção econômica artesanal, estaria sendo gradualmente desestruturado e minado pela lógica capitalista de acumulação de capital.

Em outro caso, o das “populações tradicionais” da área de proteção ambiental de Guaraqueçaba (no mesmo contexto litorâneo), afirma a autora que aquelas estariam *sendo atingidas permanentemente por processos de transformações econômicas, sociais e culturais (...)*; [e têm] *vivenciado a decadência e o esfacelamento de suas tradicionais atividades produtivas, impostas principalmente por agentes externos (...)*. *Como consequência, há um acentuado e sistemático processo de desagregação das relações econômicas e produtivas, sócio-organizacionais, de parentesco, compadrio e vizinhança, e culturais, expressas pela mitologia, folclore e artesanato* (Karam, 1996:26) .

³⁶ No caso de Diegues (1998:14), o conceito de “populações tradicionais” se refere às populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, com um isolamento relativo, desenvolveram modos de vida particulares, envolvendo grande dependência dos ciclos naturais..

³⁷ Em pesquisa com as comunidades de Tibicanga (Ilha das Peças, Guaraqueçaba) e Cotinga (Paranaguá).

Contudo, por mais que concordemos que o processo de mudança a que estão sujeitas muitas destas comunidades (ou grupos sociais) é inúmeras vezes conflitivo e mesmo “imposto” violentamente por determinações alheias e fora do alcance das “pessoas comuns” (tais como casos de invasão de especuladores, de grandes empresas, fiscais, percebidos nos dois últimos casos) creio ser complicado analisá-lo em termos da oposição tradicional x moderno, tendo este último o poder máximo de destruição, desagregação ou homogeneização.

Primeiramente, a própria idéia de “tradição” é questionável quando tomada (como geralmente o é) como sugerindo uma perspectiva homogênea e consensual (Thompson, 1998:16). Pois, aquilo que chamamos de “costumes” ou “modos de vida” estão em fluxo contínuo, em um campo de mudança e de disputa entre interesses opostos e reivindicações conflitantes. O passado, que daria à tradição o seu conteúdo, também foi tão aberto e dinâmico aos seus atores quanto o presente o é a nós mesmos, não podendo fazer supor que suas antigas orientações tenham sido tão consistentes, coerentes e unificadas como se tende a imaginar (Tambiah, 1972 *apud* Peirano, 1992:115).

Além disso, a própria oposição entre tradicional x moderno nós dá a impressão de que a história destas comunidades está dividida em dois momentos que parecem fixos, estando a passagem de um para outro marcado pela perda de uma configuração específica que por outro lado insistiria em sobreviver.

Completando a idéia exposta acima, não podemos tomar as mudanças como algo inédito, como se estas comunidades tivessem permanecido estáticas no tempo, a qualquer momento alvos de acontecimentos inesperados e desestruturantes. Toda e qualquer sociedade envolve a diferença e a mudança, uma vez que de geração a geração, de indivíduo a indivíduo, os valores são constantemente re-significados em um processo contínuo e nunca transmitidos de modo inalterado. Aprofundaremos um pouco mais esta discussão logo adiante.

Certamente não se pode negar que o aumento da produção e do ritmo da produtividade - colocados muitas vezes como metas prioritárias em detrimento de outros valores caros às sociedades ou comunidades - são algumas das principais causas de vários processos de degradação ambiental. Sabe-se que, no caso, a alta produtividade na agricultura, mantida através da ocupação constante de novas terras ou através do uso de fertilizantes, causam conseqüências negativas tanto para o meio como para a própria sociedade humana: desmatamento para ocupação de novas terras; o abandono, sem possibilidades de recuperação, de áreas antes utilizá-

veis; poluição pelos produtos químicos do ar, das águas superficiais, dos solos e lençóis freáticos, etc (Cunha&Guerra,2000) ³⁸.

Entretanto, a vinculação entre “técnicas modernas”/mercado/degradação ambiental não pode ser feita rápida ou automaticamente. Deve-se atentar para a complexidade da relação das comunidades humanas com o meio ambiente, uma vez que as modalidades de exploração dos recursos, seus graus e intensidades, e a degradação correspondente variam imensamente – mesmo dentro de um mesmo contexto.

É o que se demonstra no caso de uma mesma região do litoral do Paraná, onde são encontradas diferentes formas de relação com a natureza. Zaroni *et al* (2002:236) quando em pesquisa nesta região, mostram que tanto na parte terrestre como na baía e na orla marítima são encontrados locais bem preservados e outros bastante degradados.

Sem dúvida, afirmam os autores, estes contrastes são globalmente ligados à maior ou menor intensificação das práticas técnicas e do grau de adesão dos sistemas produtivos ao mercado, o que poderia nos levar a concluir que quanto mais afastados dos eixos comerciais e mais simples os sistemas técnicos, mais preservado seria o ambiente. Entretanto, as coisas não se passam de modo tão simplista: sistemas técnicos pouco desenvolvidos como o extrativismo, criação de búfalos e alguns tipos de pesca artesanal tem, em alguns casos por eles analisados, impactos bem maiores que sistemas mais “modernos” (por exemplo, sistemas de pesca com materiais tecnificados) (*idem*).

Este caso exemplifica o perigo em nos limitarmos à observação dos sistemas técnicos ou econômicos em si mesmos, como se estes estivessem descolados das outras instâncias da vida em comunidade, e como se estes não variassem na forma como são usados e pensados – de acordo com o contexto, atores, interesses, objetivos, valores, etc.

Deste modo, tendo como base a desconstrução da categoria “econômico” feita no capítulo anterior, devemos ter em mente que a própria análise desta expansão modernizadora deve ser relativizada e pensada como algo que transcende critérios estritamente econômicos.

³⁸ As ações humanas tais como desmatamentos, plantações, construções e transformações em geral, feitas de modo inadequado e descuidado e sem levar em conta os limites e riscos impostos pela natureza podem ainda intensificar fenômenos e processos “naturais”, i.e, que ocorrem independentes da ação humana, como por exemplo: a lixiviação, a erosão, os deslizamentos, a modificação do regime hidrológico e da cobertura vegetal, etc (Cunha&Guerra,2000).

4.2. Do desalento à resistência à complexidade...

A ênfase economicista das análises da mundialização ou globalização - restritas a fenômenos de mercado, circulação de capital, mobilização de mão-de-obra, etc – sugerem uma visão da economia global como sendo do movimento simples e mecânico de forças materiais e das histórias locais como crônicas invariáveis de corrupção cultural. Esta é uma forte crítica realizada pelo antropólogo americano M. Sahlins, que afirma que os temores a respeito da expansão global do capitalismo ocidental ou do “sistema mundial” fizeram *dos povos colonizados e periféricos objetos passivos e não autores de sua própria história, transformando sua cultura em bens adulterados, através de relações econômicas tributárias* (1992:9).

Já nos anos 50 e 60, afirma o autor, pairava uma certeza de que os séculos de imperialismo ocidental teriam devastado instituições, valores e a consciência cultural dos povos (ex-aborígenes) do mundo. Isso a que ele chama de “teoria do desalento”, seria uma precursora ideológica da teoria da dependência e compartilharia dos mesmos pressupostos com as teorias da modernização, as quais acreditavam que esta levaria o processo de deculturação a uma solução final, posto que os costumes tradicionais seriam sempre considerados obstáculos ao “desenvolvimento” (Sahlins,1997:51).

Entretanto, este quadro pessimista não daria conta dos vários tipos de resistência cultural percebidos mundo afora, onde variadas populações estariam tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo (*idem*:52). Ou seja, a experiência do contato seria integrada pelos povos a partir de seu próprio sistema de mundo, sendo que as “forças capitalistas” não se realizam do mesmo modo nos diferentes locais, sendo filtradas por esquemas culturais específicos, geradores de uma síntese única (Sahlins,1992).

Na própria história do capitalismo mundial, este autor percebe a marca do desenvolvimento simultâneo da *integração global e da diferenciação local* – a ordem global sendo marcada pelos modos como os povos periféricos articularam o que lhes acontecia e a diversidade que se manteve e mantém. Deste modo, desde o século XV os contatos entre o ocidente e o “resto” teriam moldado tanto a história dos povos colonizados como a do capitalismo (Lanna,2001:117). Ou, como afirma Lanna (*idem*), a lógica moderna, constitutiva da história das nações modernas, se construiu em contato com os “indígenas” – não sendo possível separar, por exemplo, uma “história dos índios” e uma “história do Brasil”.

Para corroborar seu argumento, Sahlins (1997) se utilizou da pesquisa de vários autores - dentre os quais um trabalho realizado com a tribo dos Mambwe, na Rodésia do Norte, cujo autor analisou os novos valores e funções que o industrialismo conferiu às relações políticas e territoriais deste grupo, dotando as formas tradicionais de chefia e de apropriação de terra de uma relevância que antes não tinham. Afirma o autor, deste modo, que *os efeitos deste industrialismo e do trabalho assalariado sugerem que no processo de mudança social, uma sociedade tenderá sempre a se ajustar as novas condições através das instituições sociais já existentes, que sobreviverão, mas com novos valores, dentro de um novo sistema social* (Watson, 1958:228 *apud* Sahlins, 1997:54).

O próprio Sahlins (1992:11) analisa casos em que os povos das ilhas e continentes asiático e americano organizaram o impacto do capitalismo, incorporando os bens ocidentais como forças indígenas; suas mercadorias aparecendo como sinais de benefícios divinos, negociados em trocas cerimoniais. Ele afirma que, mesmo o processo de troca sendo desigual, estes povos teriam adquirido bens de grande valor social com menos esforço do que no tempo passado, seguindo-se daí *festas e trocas significando uma acumulação máxima de benefícios divinos com poderes sociais humanos*.

Ou ainda o exemplo dos Mendi, da Nova Guiné, analisados por Rena Lederman (1986 *apud* Sahlins, *idem*:60) onde os *impulsos comerciais suscitados por um capitalismo invasivo* contidos na idéia ocidental de “desenvolvimento” são revertidos para o fortalecimento das noções indígenas de boa vida. Mesmo quando referido ao ganhar mais dinheiro, o desenvolvimento neste caso seria uma expansão dos poderes e valores tradicionais, através sobretudo da ampliação das forças cerimoniais e de parentesco. Ver-se-ia aqui então um fenômeno de “intensificação cultural”, onde os bens europeus não tornaram simplesmente as pessoas mais semelhantes aos próprios europeus, e sim mais semelhantes a elas mesmas.

Em suma, para Sahlins (1997), *as imposições do imperialismo não são capazes de fato de constituir uma existência humana e como a consciência e a capacidade dos povos vitimados de forjar significados permanece intacta, o industrialismo colonial não consegue forçá-los a internalizar seus próprios pressupostos sobre a natureza humana*.

Assim, deve-se tomar cuidado quando se fala em “destruição de identidades” ou “total aculturação pela homogeneização”. Reafirmando, obviamente aqui não se nega a violência em todos os níveis que já regeram experiências de “contato” entre aquilo que se convencionou chamar de “sociedades modernas” e as “sociedades tradicionais”. Casos clássicos se encontram no que se refere aos povos indígenas. Mas mesmo nestes casos, a literatura antropológica

atual³⁹ recusa tomar as sociedades indígenas como simples vítimas da história, perturbadas pela penetração das sociedades nacionais que geraria mudanças alheias à sua cultura “genuína” e tradicional, anterior ao contato (Gow,1991:1).

O antropólogo Terence Turner vai mais longe e ousa afirmar que (...) *em quase todas as situações de contato entre povos tribais e sociedades nacionais ocidentalizadas, uma parte significativa das transformações sociais e culturais não é mero resultado da opressão exercida aberta e deliberadamente pela sociedade nacional ou da exploração levada a cabo pelos representantes do capital internacional, mas é, ao contrário, objeto de um consentimento ativo, isto quando não é espontaneamente desencadeada pelos próprios povos indígenas* (Turner,1979:8 *apud* Sahlins,1997:123). Deste modo, qualquer experiência de contato, de aparente (ou real) “imposição” e mesmo de violência deve ser considerada em sua complexidade e mesmo bilateralidade, sem generalizações e simplificações apressadas.

Com estas discussões, não se pretende, de modo algum, minimizar o impacto de mudanças decorrentes da expansão da modernização e muito menos sua violência. Por mais que Sahlins, no caso, assumisse a existência e funcionamento deste fator, para o antropólogo Marcos Lanna (2001), ele acaba deixando de lado um ponto primordial: o tema da produção de energia e seu controle. Pois, como afirma Lévi-Strauss (1993[1952]) é fato objetivo a superioridade de força da civilização ocidental frente às outras, dada pela sua atenção a dois pontos principais: o aumento continuado da quantidade de energia disponível *per capita* e por outro lado, a proteção e prolongamento da vida humana – sendo o segundo aspecto uma modalidade do primeiro, *porque a quantidade de energia disponível aumenta, em valor absoluto, com a duração e a integridade da existência individual* (*idem*:351).

Deste modo, não se nega que os “movimentos” de modernização provocaram e ainda provocam em várias comunidades (rurais, litorâneas, urbanas, etc) a adoção de técnicas pro-

³⁹ Vários estudos sobre as sociedades indígenas se propuseram a repensar a idéia de “aculturação” como uma consequência inevitável do “contato”. Por muito tempo, na antropologia brasileira o enfoque dos estudos foi em processos de dominação étnica e nos movimentos indígenas como simples processos de resistência. Nestes termos, Montero (1999:2) desenvolve a idéia de que a expansão da sociedade nacional para o interior e seu consequente impacto sobre as sociedades indígenas explicou e explica a utilização de quadros interpretativos tais como a “aculturação” e os relativos ao “contato interétnico”. Sua limitação existe exatamente quando a ênfase reside unicamente na lógica de dominação por trás dos processos de mudanças das sociedades e na medida em que não considera o seu papel ativo e criativo. Não se pode negar que, frente às estruturas sócio-políticas (os poderes coloniais e sociedades nacionais), as sociedades se sustentam e se movimentam em uma dialética contínua da tradição e invenção como afirmam Viveiros de Castro & Carneiro da Cunha (1993:12). A respeito deste debate, vide Montero (1999); Sahlins (1997); Terence Turner (“De Cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó”, 1993); Bruce Albert (“O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza”, 1995); Peter Gow (1991); Eduardo Viveiros De Castro (“Etnologia Brasileira”, 1999), entre outros.

ditivas muitas vezes inapropriadas à exploração dos ambientes "alvo"; e o consumismo crescente, presente neste processo, alimenta a desvalorização da própria "cultura", fruto de insatisfações (vergonha) em relação a um modo de viver considerado ou visto como "atrasado".

O objetivo aqui foi, na verdade, perceber e dar uma pequena amostra da complexidade que envolve o fenômeno chamado "globalização". Sua amplitude e ambiguidade colocam grandes dificuldades para o analista que se ativer a uma perspectiva essencialmente macroscópica. Deste modo, tal como afirma Floriani (2003:50), o melhor modo de captar este fenômeno seria através de estudos de caso ou temáticos, que nos reportam a um mundo não menos complexo, mas real, baseado em sujeitos concretos, com suas histórias pessoais.

Cabe, assim, perguntarmo-nos até que ponto estas mudanças ou quaisquer "agentes externos" facilmente impõem formas completamente alheias ao seu próprio modo de ver e viver. Cabe perguntarmo-nos sobre os porquês destas mudanças, como elas ocorrem, onde, quando. Somente a partir de uma perspectiva "interna"(das comunidades e grupos) podemos perceber quais as articulações operadas pelas comunidades diante de situações advindas de outras lógicas e interesses; é a visão do seu cotidiano que nos permitirá entender o sentido real de qualquer tipo de "influência" e o modo como elas são vividas e mesmo manipuladas pelos moradores. Isso nos leva à mesma idéia colocada por Canclini (1999 *apud* Floriani,*idem*:51) que aponta para o inevitável caráter fragmentário e incompleto da globalização – próprio *da ordem do real, constitutivo do próprio processo inconcluso, indefinidamente aberto e incerto*.

Assim sendo, como descolar qualquer projeto de educação da realidade local? Pois, por mais que ideologias se disseminem e sejam mesmo "produzidas" para explorar e subjugar isso não é o mesmo que dizer que elas serão bem-sucedidas.

Mesmo que, como coloca Velho (1994:67), uma das características mais marcantes da sociedade moderna contemporânea seja seu caráter de massificação, mesmo que o processo de urbanização e o desenvolvimento de megalópoles, os meios de transporte e comunicação, os avanços tecnológicos tenham produzido *uma transformação inédita na história da humanidade quanto a alterações de padrões de sociabilidade e interação, costumes e rotinas* – não se pode esquecer que *as diferentes sociedades e culturas interpretaram e lidaram de modo singular com essas mudanças, impedindo que se pense em um processo uniforme. Embora existam semelhanças, as diferenças são cruciais para perceber os significados e definições da realidade em cada situação (grifos meus)*.

Vemos com isso que homogeneidade só existe quando olhada à distância. De perto, nossos conceitos prévios ("indivíduo", "economia", "modernidade", etc) perdem um pouco do

seu sentido, diante da riqueza colocada pela vida humana. Não que devamos abandonar nossos úteis e necessários instrumentos de análise, mas devemos constantemente confrontá-los com as situações concretas, questioná-los, mudá-los.

É isso que a bom tempo pretendem os críticos da modernidade. Por outro lado, que possamos ter claros os nossos próprios instrumentos de crítica, também vítimas das mesmas armadilhas simplificadoras. Pois, educar não é recitar palavras de ordem ou dar respostas prontas ou apontar culpados fáceis. Educar, na visão aqui proposta, é permitir que os próprios alunos da educação tenham noção de quem são, quais suas motivações, onde vivem, porque, etc...

Novamente com Fonseca (2003) afirmamos:

(...) nenhum grau de “liberdade para fazer” ou de oportunidades de levar “uma boa vida” pode trazer maior autonomia se não for acompanhado pela busca de autoconhecimento (conhecimento das coisas que governam nossa estima e aprovação) e autocontrole (viver conforme as próprias idéias e opiniões).

Enfim, educar não é (apenas) instruir com um rol determinado de conteúdos previamente definidos e sim permitir que o próprio educando se perceba e se conheça, tirando ele mesmo as conclusões a respeito do que lhe prejudica ou eleva; e, conseqüentemente, entendendo que o seu “próximo” (mais próximo ou mesmo distante) também possa ter os mesmos (ou outros) anseios e medos.

*

Diante do que foi exposto, é importante que tenhamos em vista a potencial capacidade de uma cultura ou mesmo de uma pessoa, de construir sua própria história e também a história da cultura/pessoa com a qual se confronta. Tendo esta capacidade potencial como premissa, podemos colocar como de grande prioridade nos trabalhos de Educação o desenvolvimento da consciência de um grupo a respeito de si e de seus valores.

Beck (1999), em um texto onde propõe algumas respostas ou reações para o processo de globalização, levanta a necessidade da construção de uma sociedade de conhecimento baseada em um novo direcionamento dos processos de formação envolvendo um aprendizado contínuo e constante de “*capacidade social, espírito de equipe, disposição para o conflito, compreensão cultural (...)*”; com um ensino voltado à formação de “*homens independentes*”.

Suas idéias, restritas ao caso alemão, podem ser estendidas a qualquer contexto, na medida em que aponta para necessidade de uma formação educacional que torne claro aos alunos os conflitos transculturais, as armadilhas e a multidimensionalidade da vida “glocal” (*sic*). Isso então nos sugere a necessidade de desenvolver a capacidade dos grupos, comunidades ou países, de julgarem criticamente o teor e o conteúdo das diversas “mensagens” (ou “formas culturais”) trocadas em decorrência dos “contatos” propiciados pela globalização.

Chamaremos esta capacidade a ser desenvolvida de “autoconsciência cultural”⁴⁰ implicando a idéia do desenvolvimento da clareza a respeito de si mesmo, de sua própria “cultura” e valores – o que possibilitará aos grupos julgarem e apreenderem as vantagens ou desvantagens de determinadas “trocas”; sua imposição ou violência implícita ou explícita, suas intenções, etc.

Contudo, não podemos separar esta capacidade da existência de condições para que ela se desenvolva e cresça. Neste sentido, aqui também se entende como “educação” a criação destes espaços (formais ou informais) de reflexão, que permitam o desenvolvimento de uma autoconsciência coletiva: daquilo que determinado grupo é e acredita ser e merecer, daquilo que escolheu como o melhor para si.

Pois, o grau de influência de determinada “mensagem” (entendida de modo geral, como qualquer idéia ou valor que perpassa as relações sociais) que, por exemplo, se apresente essencialmente negativa aos “receptores”, só vai ser percebida como tal a partir do momento em que este receptor possuir os elementos que lhe permitam julgar a situação, analisá-la sem condicionamentos externos, perceber seu caráter impositivo ou de violência contra seu modo de vida e os valores que defende cotidianamente.

Em suma, se a crise refere-se a um determinado conjunto de valores ou “configuração ideológica” que se expande, é pertinente que nos questionemos a respeito das causas e formas desta expansão, não nos prendendo apenas nas suas consequências. Deste modo, saberemos entender (localmente) o que se expande exatamente, por que e como, de modo a identificarmos claramente o que/quem são os “inimigos” contra os quais deveremos “educativamente” lutar.

⁴⁰ Termo adaptado da idéia proposta por Sahlins (1997:127) na qual a “autoconsciência cultural” refere-se a um fenômeno característico do fim do século XX., em que (...) *as antigas vítimas do colonialismo e do imperialismo descobriram sua “cultura”*. Por muito tempo os seres humanos falaram cultura sem falar em cultura – não era preciso sabê-lo, pois bastava vivê-la.

ii. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, parece que a questão “o que está em crise afinal?” continua incomodando. Pois, diante desta complexidade gritante, da inter-relação quase infinita de fatores variáveis e dinâmicos, do movimento constante das idéias e ações, parece mesmo impossível ter apenas uma resposta para tal questão. Por outro lado, como afirmado na introdução e em todo o corpo do trabalho, não podemos negar que as diversas situações de conflito que vivenciamos aparentam configurar uma verdadeira crise social.

Tendo em vista esta ambiguidade, procuramos definir a experiência da “modernidade” sem pretender que ela se resumisse a definições pessimistas (como se tudo fosse “crise” e tivesse que ser jogado fora) ou simplesmente otimistas (enfatizando o “progresso” advindo de suas realizações).

Procuramos ir além de uma tendência presente, de acordo com Berman (1986), nas análises sobre a modernidade feitas no século XX: de um lado, ela foi condenada *como uma gaiola de ferro de conformismo e mediocridade, um deserto espiritual em que vagueiam populações sem qualquer comunidade orgânica ou autonomia vital*. De outro, deixando de fora os apologistas das “teorias da modernização”, foi e é considerada a última palavra em “satisfação universal”. Sendo que, em ambos os casos, a modernidade foi identificada com a tecnologia – o que resultou na exclusão das pessoas que a produzem (e são por ela produzidas).

Com afirma ainda este autor, (*apud* Anderson, 1984:4), *nossos pensadores do século XIX eram simultaneamente entusiastas e inimigos da vida moderna, inescrutavelmente enredados numa luta corpo-a-corpo com suas ambigüidades e contradições; as ironias a respeito de si próprios, as tensões interiores constituíam uma fonte básica de sua fonte criativa. Seus sucessores do século XX cambalearam muito mais para polaridades rígidas e totalizações achatadoras. A modernidade ou é abraçada com um entusiasmo cego e acrítico, ou então é condenada com um desprezo e um distanciamento neo-olímpicos. Em ambos os casos, ela é concebida como um monólito fechado, que os homens modernos são incapazes de moldar ou mudar. As visões abertas da vida foram suplantadas por outras, fechadas; o tanto isto quanto aquilo foi substituído pelo ou um ou outro.*

Tentamos aqui não nos prender a esta imagem da modernidade como um “monólito fechado”, buscando apreender em seu “interior” algumas de suas facetas, contraditórias ou complementares, pessimistas e otimistas, que pudessem nos apontar algumas direções de análise menos escorregadias, abstratas ou polarizadas.

Pressupondo (‘otimistamente’) que este trabalho tenha sido bem sucedido nesta intenção, saímos desta análise com um mapeamento de algumas categorias gerais, mas que não podem ser tomadas de modo absoluto ou como o fim último de qualquer análise.

No mesmo sentido, devemos ter em mente que em nossas práticas de educação, seja em qual meio for, estaremos lidando com pessoas procedentes de (in) formações variadas e que apresentam respostas e posturas diferenciadas para cada problema colocado em pauta. É por isso que a Educação (sócio-ambiental), tida aqui como uma grande chave de transformação, não deve ser baseada em conteúdos rígidos e fechados ao diálogo único que cada situação apresenta⁴¹.

Podemos ainda dizer, com isso, que não existem respostas mágicas à(s) crise(s) vivida pela civilização moderna. Suas respostas devem advir de um somatório de soluções construídas localmente, tendo como base uma ética de revalorização da vida, em todos os níveis e sentidos pensados. Nas palavras de Leff (2001:249), a educação ambiental deve ter como mote o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, pessoal e autônomo, vinculados aos **saberes pessoais, valores culturais e sentidos subjetivos** e não ser reduzida *a um processo geral de conscientização dos cidadãos, à incorporação de conteúdos ecológicos e à fragmentação do saber ambiental em uma ligeira capacitação sobre problemas pontuais, nos quais a complexidade do saber ambiental permanece reduzida e mutilada (idem).*

⁴¹ Por exemplo, mesmo conceitos tão utilizados como os sustentabilidade ou “desenvolvimento sustentável” não podem ser realmente definidos de modo amplo, com características pretensamente universais. Na verdade, estas são noções relativas, construídas contextualmente, em um processo essencialmente aberto à negociação (Zanoni *et al*,2002).

iii. BIBLIOGRAFIA

ALBERT, Bruce. 1995 - *O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza*. Série Antropologia Brasília: UnB.

ALCURE, Fábio. 2003. Fundamentação teórica dos direitos humanos: uma perspectiva de libertação. Monografia obtida diretamente do autor.

ALMEIDA, Mauro. 2000 - *As reservas extrativistas e as populações tradicionais*, entrevista concedida à revista eletrônica Com Ciência . Acesso pelo site <http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>.

ANDERSON, Perry. 1984. *Modernidade e revolução*. In: Novos Estudos CEBRAP, n.14, pp 2-15, Fevereiro, 1986.

BECK, U. 1997. *A reinvenção política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva*. In: GIDDENS, A., BECK, U & LASCH, S. Modernização Reflexiva. São Paulo, Unesp.
----- 1999. *Respostas à Globalização* in O que é Globalização . Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo, Ed. Paz e Terra.

BENOIST, Alain de. S/d. *Como se ha roto el lazo social* [online]. Disponível via www.alaindebenoist.com/pdf/como_se_ha_roto_el_lazo_social.pdf. Capturado, em 9/07/2004.

BERMAN, Marshall. 1986. *Modernidade ontem, hoje e amanhã*. In: Tudo o que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras.

BEVILAQUA, Ciméa. 2002. *Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas* [online]. In: NAU-Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Disponível via www.n-au.org/cbevilaqua2.html) Capturado em 17/07/2004

BRANDENBURG, Alfio. 1999. *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento*. Agricultura Familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Tese de Doutorado, Curitiba, UFPR.

CAMPBELL, Colin. 2001 A ética romântica e o espírito do consumismo moderno. Rio de Janeiro, Ed. Rocco.

CAPRA, F. 1982. O Ponto de Mutação. Ed. Cultrix.

----- 1996. The web of life: a new scientific understanding of living systems. New York, Anchor Books.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. 2000. O discurso econômico e suas condições de possibilidade. Texto para discussão n.143. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar.

COIMBRA, José de A.A. 2000. *Considerações sobre a Interdisciplinaridade* in PHILLIPI JR, TUCCI, HOGAN & NAVEGANTES (editores). Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo. Signus Editora.

COSTA, JURANDIR F. 2003. *A fúria de um mundo agonizante*. Artigo publicado em 01 de abril no Jornal Folha de São Paulo, Seção “Folha Mundo”.

CUNHA, S.B & GUERRA, A.J.T. 2000. *Degradação ambiental*. In CUNHA, S.B & GUERRA, A.J.T. (orgs) Geomorfologia e Meio Ambiente. 3^a Ed. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil.

DEAN, Warren. 1996. A Ferro e Fogo. A história da devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo, Ed. Companhia das Letras.

DELEAGE, Jean Paul. 1993. *Terra dos Homens*. In: História da Ecologia: uma ciência do homem e da natureza. Lisboa, Dom Quixote.

----- 1997. *Uma Ecologia Mundo*. In: CASTRO, E & PINTON, F (orgs). Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém, Cejup:UFPA-NAEA.

DIEGUES, Antonio C. de S. 1989 - *Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar* in DIEGUES, A.C. (org) Pesca Artesanal, Tradição e Modernidade. Coletânea de trabalhos apresentados no III Encontro de Ciências Sociais e o Mar, Programa de Pesquisa de Conservação de Áreas Úmidas no Brasil IUSP/ F.FORD/ UICN. São Paulo.

----- 1998 - O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Ed Hucitec.

DUMONT, L. 1985. O Individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco.

----- 1992. Homo Hierarchicus. O sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Edusp.

----- 2000. Homo Aequalis. Bauru: Edusc.

FLORIANI, Dimas. 2003. Conhecimento, Meio ambiente e Globalização. Curitiba. No prelo.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. 2003. O mercado das crenças: filosofia econômica e mudança social. São Paulo, Companhia das Letras.

FRIDMAN, L.C. 1999. *Pós-Modernidade, sociedade da imagem e sociedade do conhecimento*. In: História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro: v.6, n.1.

GODBOUT, J.T. 1998. *Introdução à Dádiva*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13 n. 38. São Paulo.

GOW, Peter. 1991 - Of Mixed Blood. Kinship and History in Peruvian Amazonia. Oxford, Clarendon Press.

HEEMANN, Ademar. 2001. Natureza e Ética: dilemas e perspectivas educacionais. Curitiba, Ed. UFPR.

HOBSBAWN, Eric. 1977. *A revolução industrial*. In: A era das revoluções. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KARAM, Karen. 1996 - Caracterização Sócio-Econômica e Cultural da População Tradicional da APA de Guaraqueçaba. Zoneamento Ecológico Econômico da APA de Guaraqueçaba. Convênio IPARDES/IBAMA, Curitiba.

KNELLER, G.F. 1980. A ciência como atividade humana. Rio de Janeiro, Zahar/São Paulo, Edusp.

KUPER, Adam. 2002. Cultura, a visão dos antropólogos. Bauru, SP, Edusc.

LANA, Paulo. s/d(a). Antropização dos meios naturais. Texto produzido para o Curso “Antropização dos Meios Naturais” do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.
----- s/d(b). A evolução das posturas conservacionistas e preservacionistas. Texto produzido para o Curso “Antropização dos Meios Naturais” do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

LANNA, Marcos. 2000. *Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva.* Revista de Sociologia e Política, n. 14. Curitiba, UFPR.

----- 2001. *Sobre Marshall Sahlins e as "cosmologias do capitalismo.* Mana, abr, vol.7, no.1, p.117-131. ISSN 0104-9313.

LEFF,E. 2000. *Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental.* In PHILLIPI JR,TUCCI, HOGAN&NAVEGANTES (editores). Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. Signus Editora. São Paulo.

----- 2001. Saber Ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.

LEVI-STRAUSS, Claude. 1993 [1952]. *Raça e História.* In: Antropologia Estrutural dois, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro.

LIPIETZ, Alain. 1997. *Cercando os bens comuns globais: negociações sobre o meio ambiente global em uma abordagem do conflito norte sul.* In: CASTRO,E & PINTON, F (orgs). Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém, Cejup:UFPA-NAEA.

MENDONÇA,F; MAN YU, C.; DANNI-OLIVEIRA,I.M.& NOGAROLI, M. 2001. *A intensificação do efeito estufa planetário e a posição dos países no cenário internacional.* Ra'e Ga – O espaço geográfico em análise. N. 5, ano V. Curitiba, Editora da UFPR.

MAUSS, M. 1974 [1923-24]. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.* In: Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo : Edusp.

MELLO, Lillian M de. 2001. A questão do formalismo no discurso oficial da educação ambiental. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação Em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba.

MONTERO, Paula. 1999 - Cultura e Comunicação: a tradução cultural e a re-invenção da etnicidade, no prelo.

- PEIRANO, Mariza G. S.** 1992 – Uma antropologia no plural. Três Experiências Contemporâneas. Ed. da Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- PNUMA.** 2002. Manifiesto. Por una Ética para la Sustentabilidad. Oficina Regional para a América Latina e o Caribe. Sétima reunião do Comitê do foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe. São Paulo, 15 a 17 de maio.
- PONTING, Clive.** 1995. Uma história verde do mundo. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- ROQUE, Isabel R.** (s/d). *Educação, ambiente, a noção do outro e o futuro possível.* Artigo capturado do site <http://www.adital.org.br/asp2/noticia.asp?idioma=PT¬icia=3475> em 05/07/2004.
- ROUÉ, Marie.** *Novas perspectivas em etnoecologia: "saberes tradicionais" e gestão dos recursos naturais.* In: CASTRO, E & PINTON, F (orgs). Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém, Cejup:UFPA-NAEA.
- RUSCONI, Gian E.** 1995. *Capitalismo.* Verbete in BOBBIO, N.; MATTEUCI, N., & PASQUINO, G (orgs) Dicionário de Política. Brasília, Ed UnB.
- SAHLINS, Marshall.** 1979 - Cultura e Razão Prática. Zahar, Rio de Janeiro.
----- 1992 – *Cosmologias do Capitalismo: o Setor Transpacífico do "Sistema Mundial"*. Religião e Sociedade 16/1-2.
----- 1997 - *O "Pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção.* Mana. Estudos de Antropologia Social (Parte I e II - abril /outubro).
- SILVA, Ana Márcia.** 1999. *Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional.* Cad. CEDES, ago. vol.19, no.48, p.07-29. ISSN 0101-3262.
- STOLCKE, Verena.** 2001. *Gloria o maldición del individualismo moderno según Louis Dumont.* Revista de Antropologia, vol.44, no.2, p.07-37. ISSN 0034-7701.
- THOMAS, Keith.** 1989. O Homem e o mundo natural. Capítulo 1. Companhia das Letras.
- THOMPSON, E.P.** 1998 – Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Ed. Companhia das Letras, São Paulo.
- TOURAINE, Alain.** 1994. Crítica da Modernidade. Rio de Janeiro, Petrópolis, Ed. Vozes.
- WINTHER, J. et. al.** 1990 - Laudo de Ocupação da Comunidade de Tibicanga – Ilha das Peças, Guaraqueçaba, PR. Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMÁ), Projeto: Terras de Pescador.
- VELHO, Gilberto.** 1994. Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

VIVEIROS DE CASTRO, E. 1996. *Biodiversidade e Sócio-diversidade. Conhecimento Tradicional e o Mito da Ciência Oculta.* In Biodiversidade e proteção do conhecimento de comunidades tradicionais. Documentos do ISA (1). ISA, São Paulo.

----- 2000. *O conceito de 'sociedade' em antropologia: um sobrevôo.* Teoria & Sociedade. Belo Horizonte: , v.5, p.182 - 199..

VIVEIROS DE CASTRO, E & CARNEIRO DA CUNHA, M. (orgs.). 1993 - Amazônia. Etnologia e História Indígena. NHII/USP, FAPESP.

ZANONI, M.; RAYNAUT, C&LANA, P. 2002. *O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver?* In Desenvolvimento e Meio Ambiente. Em busca da Interdisciplinaridade. Pesquisas Urbanas e Rurais. UFPR.

ZOJA, Luigi. 2000. História da arrogância; psicologia e limites do desenvolvimento humano. São Paulo, Axis Mundi.